



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA



ANO XLII - Nº 161 - SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2015. EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS
180º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
131ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------|---------------------------------|
| RELAÇÃO DE ORADORES.....03 | PARECER.....12 |
| ORDEM DO DIA.....03 | RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA.....15 |
| PAUTA.....03 | OFÍCIO.....16 |
| INDICAÇÃO.....03 | AVISO DE LICITAÇÃO.....16 |

MESA DIRETORA

Deputado Humberto Coutinho (PDT)

Presidente

- | | |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Othelino Neto (PC do B) | 1.º Secretário: Deputado Edilázio Júnior (PV) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputado Glalbert Cutrim (PRB) | 2.º Secretário: Deputado Carlinhos Florêncio (PHS) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputada Valéria Macedo (PDT) | 3.º Secretário: Deputado César Pires (DEM) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputada Graça Paz (PSL) | 4.º Secretário: Deputada Francisca Primo (PT) |

BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO MARANHÃO

- | | |
|---|--|
| 01. Deputado Cabo Campos (PP) | 12. Deputado Othelino Neto (PC do B) |
| 02. Deputado Carlinhos Florêncio (PHS) | 13. Deputado Paulo Neto (PSDC) |
| 03. Deputado Cristovam Filho (PSL) | 14. Deputado Professor Marco Aurélio (PC do B) |
| 04. Deputado Dr. Levi Pontes (SD) | 15. Deputado Rafael Leitoa (PDT) |
| 05. Deputado Edson Araújo (PSL) | 16. Deputado Raimundo Cutrim (PC do B) |
| 06. Deputado Eduardo Braide (PMN) | 17. Deputado Sergio Frota (PSDB) |
| 07. Deputado Fábio Braga (PT do B) | 18. Deputado Stênio Resende (PRTB) |
| 08. Deputado Fábio Macedo (PDT) | 19. Deputado Toca Serra (PTC) |
| 09. Deputada Francisca Primo (PT) | 20. Deputada Valéria Macedo (PDT) |
| 10. Deputado Fernando Furtado (PC do B) | 21. Deputado Welligton do Curso (PPS) |
| 11. Deputado Humberto Coutinho (PDT) | 22. Deputado Zé Inácio (PT) |

LÍDER

Deputado Eduardo Braide

VICE-LÍDER

Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Sérgio Frota
Deputado Fábio Macedo

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO

- | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| 01. Deputado Antônio Pereira (DEM) | 03. Deputado Léo Cunha (PSC) |
| 02. Deputado César Pires (DEM) | 04. Deputado Rogério Cafeteira (PSC) |

BLOCO UNIÃO PARLAMENTAR

- | | |
|--|----------------------------------|
| 01. Deputada Ana do Gás (PRB) | 04. Deputado Júnior Verde (PRB) |
| 02. Deputado Glalbert Cutrim (PRB) | 05. Deputado Ricardo Rios (PEN) |
| 03. Deputado Josimar de Maranhãozinho (PR) | 06. Deputado Vinicius Louro (PR) |

LÍDER

Deputado Josimar de Maranhãozinho

VICE-LÍDER

Deputado Vinicius Louro

PMDB

- | |
|-----------------------------------|
| 01. Deputada Andréa Murad (PMDB) |
| 02. Deputado Max Barros (PMDB) |
| 03. Deputada Nina Melo (PMDB) |
| 04. Deputado Roberto Costa (PMDB) |

LÍDER

Deputado Roberto Costa

PV

- | |
|-----------------------------------|
| 01. Deputado Adriano Sarney (PV) |
| 02. Deputado Edilázio Júnior (PV) |
| 03. Deputado Hemetério Weba (PV) |
| 04. Deputado Rigo Teles (PV) |

LÍDER

Deputado Hemetério Weba

LÍDER DO GOVERNO

Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Professor Marco Aurélio (Vice-Líder)

PTN

- | |
|--------------------------------------|
| 01. Deputado Alexandre Almeida (PTN) |
| 02. Deputado Sousa Neto (PTN) |

LICENCIADOS

Deputado Bira do Pindaré (PSB)
Deputado Edivaldo Holanda (PTC)
Deputada Graça Paz (PSL)
Deputado Neto Evangelista (PSDB)



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Titulares

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Eduardo Braide
Deputado Paulo Neto
Deputado Fábio Macedo
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Ricardo Rios

Suplentes

Deputado Stênio Rezende
Deputado Fábio Braga
Deputado Rafael Leitão
Deputado Fernando Furtado
Deputado Antônio Pereira
Deputado Léo Cunha
Deputada Ana do Gás

PRESIDENTE

Prof. Marco Aurélio

VICE-PRESIDENTE

Eduardo Braide

REUNIÕES:

Terças-Feiras | 08:30h

SECRETÁRIA

Giacimar Melo / Vera Teixeira

II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

PRESIDENTE

Rigo Teles

VICE-PRESIDENTE

Sérgio Frota

REUNIÕES:

08:30h | Quartas-Feiras

SECRETÁRIA

Regina de Paula

Titulares

Deputado Sérgio Frota
Deputado Fábio Braga
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Toca Serra
Deputado Rigo Teles
Deputado Antônio Pereira
Deputado Vinicius Louro

Suplentes

Deputado Rafael Leitão
Deputado Edson Araújo
Deputado Stênio Rezende
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Ricardo Rios

III - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

Titulares

Deputado Wellington do Curso
Deputado Sérgio Frota
Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Roberto Costa
Deputado Ricardo Rios
Deputado Sousa Neto
Deputado Rogério Cafeteira

Suplentes

Deputado Fernando Furtado
Deputado Paulo Neto
Deputado Fábio Braga
Deputada Nina Melo
Deputado Josimar de Maranhãozinho
Deputado Adriano Sarney
Deputado Alexandre Almeida

PRESIDENTE

Roberto Costa

VICE-PRESIDENTE

Wellington do Curso

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho

PRESIDENTE

Léo Cunha

VICE-PRESIDENTE

Fernando Furtado

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

Lucimar Ribeiro

Titulares

Deputado Fábio Macedo
Deputado Fernando Furtado
Deputado Toca Serra
Deputada Andrea Murad
Deputado Josimar de Maranhãozinho
Deputado Hemetério Weba
Deputado Rogério Cafeteira

Suplentes

Deputado Paulo Neto
Deputado Wellington do Curso
Deputado Cabo Campos
Deputado Max Barros
Deputado Júnior Verde
Deputado Rigo Teles
Deputado Leo Cunha

V - Comissão de Saúde

Titulares

Deputado Stênio Rezende
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputada Andréa Murad
Deputado Fábio Braga
Deputado Antônio Pereira
Deputado Léo Cunha
Deputado Josimar Maranhãozinho

Suplentes

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Cabo Campos
Deputada Nina Melo
Deputado Toca Serra
Deputado Hemetério Weba
Deputado Rogério Cafeteira
Deputada Ana do Gás

PRESIDENTE

Stênio Rezende

VICE-PRESIDENTE

Antônio Pereira

REUNIÕES:

08:30h | Terças-Feiras

SECRETÁRIA

Antônia Andrade

VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

PRESIDENTE

Fábio Braga

VICE-PRESIDENTE

Ricardo Rios

REUNIÕES:

08:00h | Terças-Feiras

SECRETÁRIA

Elizabeth Rocha

Titulares

Deputado Paulo Neto
Deputado Sérgio Frota
Deputado Stênio Rezende
Deputado Fábio Braga
Deputado Hemetério Weba
Deputado Rigo Teles
Deputado Ricardo Rios

Suplentes

Deputado Sérgio Frota
Deputado Fábio Macedo
Deputado Eduardo Braide
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Adriano Sarney
Deputado Léo Cunha
Deputado Júnior Verde

VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Titulares

Deputado Wellington do Curso
Deputado Zé Inácio
Deputado Eduardo Braide
Deputada Nina Melo
Deputado Júnior Verde
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Rogério Cafeteira

Suplentes

Deputado Sérgio Frota
Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Paulo Neto
Deputado Roberto Costa
Deputado Ricardo Rios
Deputado Antônio Pereira
Deputada Sousa Neto

PRESIDENTE

Zé Inácio

VICE-PRESIDENTE

Wellington do Curso

REUNIÕES:

08:30h | Quintas-Feiras

SECRETÁRIA

Silvana Almeida

VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos

PRESIDENTE

Vinicius Louro

VICE-PRESIDENTE

Rafael Leitão

REUNIÕES:

08:30h | Quintas-Feiras

SECRETÁRIA

Dulcimar Cutrim

Titulares

Deputado Rafael Leitão
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Cabo Campos
Deputado Roberto Costa
Deputado Vinicius Louro
Deputado Hemetério Weba
Deputado Léo Cunha

Suplentes

Deputado Cristovam Filho
Deputado Eduardo Braide
Deputado Fábio Braga
Deputada Andrea Murad
Deputado Júnior Verde
Deputado Antônio Pereira
Deputado Rigo Teles

IX - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Titulares

Deputado Edson Araújo
Deputado Fernando Furtado
Deputado Wellington do Curso
Deputado Rafael Leitão
Deputado Léo Cunha
Deputado Adriano Sarney
Deputada Ana do Gás

Suplentes

Deputado Cristovam Filho
Deputado Zé Inácio
Deputado Fábio Macedo
Deputado Cabo Campos
Deputado Sousa Neto
Deputado Rigo Teles
Deputado Ricardo Rios

PRESIDENTE

Ana do Gás

VICE-PRESIDENTE

Léo Cunha

REUNIÕES:

08:30h | Terças-Feiras

SECRETÁRIA

Eunes Borges
Valdenise Fernandes

X - Comissão de Ética

PRESIDENTE

Fábio Macedo

VICE-PRESIDENTE

Hemetério Weba

REUNIÕES:

08:30h

SECRETÁRIA

Célia Pimentel

Titulares

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Fábio Macedo
Deputado Paulo Neto
Deputado Max Barros
Deputada Ana do Gás
Deputado Hemetério Weba
Deputado Léo Cunha

Suplentes

Deputado Edson Araújo
Deputado Sérgio Frota
Deputado Cabo Campos
Deputado Roberto Costa
Deputado Vinicius Louro
Deputado Antônio Pereira
Deputado Alexandre Almeida

XI - Comissão de Assuntos Econômicos

Titulares

Deputado Edson Araújo
Deputado Zé Inácio
Deputado Cabo Campos
Deputado Rafael Leitão
Deputado Adriano Sarney
Deputado Antônio Pereira
Deputado Júnior Verde

Suplentes

Deputado Eduardo Braide
Deputado Toca Serra
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Wellington do Curso
Deputado Léo Cunha
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Vinicius Louro

PRESIDENTE

Adriano Sarney

VICE-PRESIDENTE

Edson Araújo

REUNIÕES:

08:30h | Quartas-Feiras

SECRETÁRIA

Lúcia Furtado

XII - Comissão de Segurança Pública

PRESIDENTE

Cabo Campos

VICE-PRESIDENTE

Júnior Verde

REUNIÕES:

08:30h | Quartas-Feiras

SECRETÁRIA

Iranise Lemos

Titulares

Deputado Cabo Campos
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Roberto Costa
Deputado Júnior Verde
Deputado Sousa Neto
Deputado Rigo Teles

Suplentes

Deputado Wellington do Curso
Deputado Toca Serra
Deputado Fernando Furtado
Deputado Max Barros
Deputado Josimar Maranhãozinho
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Hemetério Weba



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28/10/2015 – 4ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

TEMPO DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES

1. BLOCO PARL. UNIDOS PELO MARANHÃO.....31 MINUTOS
2. BLOCO UNIÃO PARLAMENTAR.....09 MINUTOS
3. PMDB.....06 MINUTOS
4. BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO.....06 MINUTOS
5. PARTIDO VERDE06 MINUTOS

PARTIDO RESERVA (ART. 87 DO R.I.)

6. PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL.....05 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDA

DATA: 28/10/2015 – QUARTA-FEIRA

PRIORIDADE 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 249/15, enviado através da Mensagem Governamental nº 130/15, que altera a Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997, e dá outras providências.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 250/15, de autoria do Senhor Deputado Othelino Neto, que considera de Utilidade Pública, o Instituto Humanista Lima Coelho, com sede e foro no Município de São João do Caru-MA.

PRIORIDADE 3ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 246/15, enviado através da Mensagem Governamental nº 128/15, que altera a Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 247/15, de autoria do Senhor Deputado Junior Verde, que dispõe sobre a concessão de isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS na geração de energia elétrica pelo sistema de microgeração e minigerção, e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 248/15, de autoria do Senhor Deputado Fábio Braga, que dispõe sobre a colocação de brinquedos e de aparelhos para condicionamento físico em parques, praças e em outros locais públicos, destinados à prática de esporte e lazer para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e dá outras providências.

DIRETORIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 27/10/15.

Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia vinte sete de outubro do ano de dois mil e quinze.

Presidente Senhor Deputado Humberto Coutinho.

Primeiro Secretário, o Senhor Deputado Edilázio Junior.

Segundo Secretário, em exercício o Senhor Deputado Alexandre Almeida.

Às nove horas e trinta minutos presentes os Senhores Deputados: Adriano Sarney, Alexandre Almeida, Ana do Gás, Antônio Pereira, Cabo Campos, César Pires, Cristovam Filho, Doutor Levi Pontes, Edilázio Júnior, Edson Araújo, Eduardo Braide, Fábio Macêdo, Fernando Furtado, Francisca Primo, Glalbert Cutrim, Humberto Coutinho, Júnior Verde, Leo Cunha, Othelino Neto, Paulo Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitão, Raimundo Cutrim, Ricardo Rios, Roberto Costa, Rogério Cafeteira, Sergio Frota, Sousa Neto, Stênio Resende, Toca Serra, Vinícius Louro e Wellington do Curso. Ausentes os Deputados: Andrea Murad, Carlinhos Florêncio, Fábio Braga, Hemetério Weba, Josimar de Maranhãozinho, Max Barros, Nina Melo, Rigo Teles, Valéria Macedo e Zé Inácio.

I-ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus,

iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura do texto Bíblico e da Ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO ALEXANDRE ALMEIDA (lê texto Bíblico e Ata) - Ata lida, senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Ata lida e considerada aprovada. Com a palavra, o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

II-EXPEDIENTE

INDICAÇÃO Nº 956/2015.

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno desta casa, em seu Art. 152, requeiro a V. Ex.^a. que, após ouvida a Mesa, **seja encaminhado ofício ao Exmo. Diretor de Relações Institucionais, o Sr. José Jorge Leite Soares**, solicitando, com a maior brevidade possível, a substituição dos postes de madeira que responsáveis pela iluminação pública do Povoado Aldeia, no município de Balsas/MA.

O povoado Aldeia fica localizado no município de Balsas, vindo a ser um dos mais antigos da região. Do mesmo modo, o referido povoado tornou-se um dos maiores em termo de habitantes, com aproximadamente 500 (quinhentas famílias) residindo na localidade. Contudo, mesmo diante do crescimento dos últimos tempos, o referido povoado ainda enfrenta alguns problemas de infraestrutura, como por exemplo a falta de iluminação pública apropriada, uma vez que no mencionado povoado, a iluminação das ruas é feita por lâmpadas antigas, igualmente aos postes que ainda são de madeira.

Considerando a importância da iluminação pública e o seu fornecimento de maneira adequada, solicitamos por meio desta indicação a substituição dos postes de madeira bem como das lâmpadas por luminárias de maior potência e intensidade, tendo em vista os inúmeros benefícios proporcionados a população que reside no povoado. Ademais, a requerida substituição irá propiciar maior beleza a localidade, evitando possíveis acidentes nas ruas, contribuindo também para a diminuição dos índices de criminalidade na localidade, justificando a presente indicação.

Plenário “NAGIB HAICKEL” do Palácio “MANUEL BECKMAN”. São Luís, 26 de outubro de 2015 – JÚNIOR VERDE – Deputado Estadual – PRB. Júnior Verde - Deputado Estadual - PRB

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO 957/15

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno desta casa, em seu Art. 152, requeiro a V. Ex.^a. que, após ouvida a Mesa, **seja encaminhado ofício ao Exmo. Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Sr. Neto Evangelista**, para que proceda com a maior brevidade possível, com a perfuração de um Poço Artesiano com reservatório no bairro Vila Aguiar, município de Bela Vista/ MA.

O bairro Vila Aguiar fica localizado na sede do município de Bela Vista do Maranhão, sendo um dos maiores daquela região. Contudo, na referida localidade residem diversas famílias, que desde a fundação do referido bairro, sofrem com as dificuldades de não possuírem um sistema de abastecimento de água para consumo em suas casas.

É sabido que, a falta de acesso à água de qualidade e um saneamento precário, pode prejudicar a saúde das pessoas. Entretanto, as famílias que habitam na região são submetidas a uma situação de risco à saúde, tendo em vista a iminência de contato com diversos agentes biológicos, tais como vírus, bactérias e parasitas causadores de moléstias.

Desta forma, a implantação de um poço artesiano é de suma importância para aquela localidade, fato que irá contribuir para uma melhora



significativa nas condições de vida e saúde das famílias que residem no referido povoado.

Plenário “DEPUTADO NAGIB HAICKEL” do Palácio “Manuel Beckman”. São Luís, 26 de outubro de 2015 – JUNIOR VERDE – Deputado Estadual – PRB. JUNIOR VERDE - Deputado Estadual
NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N° 958/2015.

Senhor Presidente,

Na conformidade regimental, requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa Diretora, encaminhe ao Senhor Presidente da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, **Augusto Miranda da Paz Júnior**, e ao Coordenador do Comitê Gestor do Programa “Luz Para Todos”, Senhor **Luiz Adriel Vieira Neto**, a presente Indicação solicitando a estes que adotem as medidas legais e administrativas necessárias, no sentido de viabilizar, com a maior brevidade possível, a **Inclusão na 8ª Tranche do Programa “Luz Para Todos” de algumas Localidades da Zona Rural** do Município de Campestre do Maranhão, neste Estado.

Sabe-se que o acesso à energia elétrica é indispensável para o desenvolvimento das atividades humanas e melhorias na qualidade de vida de uma sociedade, causadas pelas transformações resultantes dos impactos econômicos e sociais que ela proporciona e objetivando-se a viabilização desses benefícios aos moradores que ainda não foram incluídos no programa em referência, solicita-se a **inclusão na 8ª Tranche das localidades Fazenda Santa Tereza, Fazenda Grota Funda, Fazenda Canto de Areia, Fazenda Pantanal, Fazenda Canto Grande, Fazenda São José, Fazenda São Domingos, Fazenda 02 Irmãos, Fazenda Bom Tempo, Chácara Limão da Serrinha, Fazenda Santo Reis, Fazenda Mata Verde, Fazenda Alto do Sertão e Povoado Buritizinho**, todas tendo Buritizinho como Povoado principal, no Município de Campestre do Maranhão, a fim de que possa impulsionar o desenvolvimento tanto no campo social quanto econômico daquela região bem como proporcionar uma melhor qualidade de vida àquela população.

São Luís (MA), 21 de outubro de 2015. VALÉRIA MACEDO - Deputada Estadual PDT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N° 959/2015.

Senhor Presidente,

Na conformidade regimental, requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa Diretora, encaminhe ao Senhor Presidente da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, **Augusto Miranda da Paz Júnior**, e ao Coordenador do Comitê Gestor do Programa “Luz Para Todos”, Senhor **Luiz Adriel Vieira Neto**, a presente Indicação solicitando a estes que adotem as medidas legais e administrativas necessárias no sentido de viabilizar, com a maior brevidade possível, a **Implantação do Programa “Luz Para Todos” para os moradores dos Povoados Correios e São José**, não incluídos no programa, no Município de Balsas, neste Estado.

Sabe-se que o acesso à energia elétrica é indispensável para o desenvolvimento das atividades humanas e melhorias na qualidade de vida de uma sociedade, causadas pelas transformações resultantes dos impactos econômicos e sociais que ela proporciona e, objetivando-se a viabilização desses benefícios aos moradores que ainda não foram incluídos no programa em referência, residentes nos **Povoados Correios e São José**, no Município de Balsas, solicita-se a implantação do programa respectivo junto aqueles habitantes, a fim de que possa impulsionar o desenvolvimento tanto no campo social quanto econômico daquela localidade bem como proporcionar uma melhor qualidade de vida àquela população.

São Luís (MA), 21 de outubro de 2015. VALÉRIA MACEDO - Deputada Estadual PDT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N.º 960/2015

Senhor Presidente,

Na conformidade regimental, requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Flávio Dino de Castro e Costa**, solicitando que determine ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, **Cleyton Noletto**, a adoção de providências no sentido de que sejam executados **Serviços de Terraplanagem na Estrada que liga o Município de Montes Altos ao Município de Buritirana**, neste Estado, em uma extensão de 42 KM.

Trata-se de uma Estrada Vicinal essencial para o fluxo de pessoas e bens entre os municípios daquela região. Corta vários Assentamentos e Povoados como Açaizal e Mata Velha. Entretanto, em vista da intrafegabilidade daquela via, agravada principalmente pelo período chuvoso, quando se intensifica a quantidade de buracos, a estrada respectiva tem estado em condições bastante precárias, impossibilitando, desta forma, a circulação tanto de pessoas quanto do escoamento da produção de grãos e produtos agropecuários em geral, causando, ainda, sérios prejuízos ao comércio da região, e, o que é mais grave, a precariedade da via tem permitido a ocorrência de frequentes acidentes na vicinal respectiva.

Desta forma, o serviço de terraplanagem da estrada que liga os dois municípios trará mais segurança a todos bem como melhores condições de vida aos moradores daquela localidade, o que proporcionará relevante desenvolvimento àquela região.

São Luís (MA), 14 de outubro de 2015. VALÉRIA MACEDO - Deputada Estadual PDT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO N° 961/2015

Senhor Presidente,

Na forma Regimental requero a Vossa Excelência, que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor **Flávio Dino**, Governador do Maranhão, para que determine ao Secretário de Desenvolvimento Social, Deputado Neto Evangelista, providências no sentido de construir **seis (06) BANCOS DE ALIMENTOS**, sendo três (03) na Grande Região Metropolitana de São Luís e os outros três (03) que fiquem a cargo do órgão governamental responsável que viabilizará estudos entre as outras regiões do estado para as sua implantações.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa da construção de um Banco de Alimentos representa a formação de um ciclo sustentável isto é, quando os alimentos que são arrecadados excedentes de produção e comercialização, faz com que se diminui o acúmulo de lixo orgânico e o desperdício de alimentos próprios para consumo e que complementarão a alimentação de milhares de pessoas em situação de risco alimentar e social.

Estes alimentos após passarem por um processo nutricional serão destinados às famílias carentes que terão também desta forma um favorecimento à inclusão social por meio de melhoria da saúde e estímulo ao desenvolvimento psicomotor. Isso porque, além de terem uma alimentação balanceada por meio de realização de ações profiláticas e educativas voltadas às comunidades atendidas, que possuam em seu programa ações de inclusão social.

Também poderão ser beneficiadas entidades assistenciais como creches, escolas, asilos e associações de bairros, que tenham função social e idoneidade comprovadas.

No entanto estas ações seriam insuficientes se o problema não for tratado em sua origem: ou seja, minimizando a cultura do desperdício e



estimulando o não preconceito em relação às partes não convencionais dos alimentos.

Trata-se de uma ideia única por ser sustentável em diversos aspectos, envolvendo questões de responsabilidade ambiental, social, econômica e nutricional.

Bancos de Alimentos existem em várias partes do mundo e em alguns estados brasileiros.

No Maranhão existe somente um Banco de Alimento que está situado no município de Imperatriz, dessa forma acreditamos na sensibilidade do nosso governador que tem interesse em combater a fome em nosso estado, ao atender este nosso pleito.

Plenário “Dep. Nagib Haickel” do Palácio “Manuel Beckman”, em São Luís (MA), 26 de outubro de 2015. FRANCISCA PRIMO - Deputada Estadual-PT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 962/2015

Senhor Presidente,

Na forma Regimental, requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor **Prefeito Municipal de São Luís, EDVALDO HOLANDA JÚNIOR**, solicitando que o mesmo determine à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), através de seu Secretário, o senhor Antônio Araújo Costa, a realização com a máxima brevidade da recuperação asfáltica do Bloco C, localizada na **Cidade Olímpica**.

A prefeitura tem exaustivamente propagado que irá pavimentar inúmeras ruas em nossa Capital e a população deste bairro sonha com essa chegada de pavimentação asfáltica nas suas ruas que ora encontram-se totalmente acabadas e destruídas, se satisfazem com o paliativo tapa-buracos, haja vista a imensa precariedade que se encontram as referidas vias.

A aprovação da presente proposição em muito contribuirá com a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade, ensejando, por consequência, o crescimento do tão propagado índice de desenvolvimento humano do povo ludovicense.

Plenário “Deputado Nagib Haickel” do Palácio Manoel Bequimão, São Luís, 27 de outubro de 2015. RAIMUNDO SOARES CUTRIM - Deputado Estadual-PCdoB

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 963/2015

Senhor Presidente,

Na forma regimental (Art. 152) requeiro a Vossa Excelência que, após ouvido a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador **FLÁVIO DINO** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão, **SR. JEFFERSON MILER PORTELA E SILVA**, solicitando-lhes que apreciem, em caráter de urgência, a possibilidade de **AUMENTAR O EFETIVO DE VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA**, tendo em vista a precariedade dos atuais veículos e o constante aumento da criminalidade no município.

O município de Imperatriz, atualmente conta com o 14º Batalhão e o 3º Batalhão, órgãos responsáveis pela segurança dos mais de 252 mil habitantes que compõem a cidade.

Cumpramos ressaltar, que o 14º Batalhão dispõe de aproximadamente seis viaturas e o 3º Batalhão de aproximadamente 12 viaturas, todas em condições de precariedade, o que as torna insuficientes para atender toda a população, além de dificultar o acesso às localidades mais distantes, demorando a chegar ou muitas vezes sem nem conseguir se deslocar ao local da ocorrência. Soma-se a isso, também, o aumento da criminalidade na cidade, juntamente ao aumento de assaltos aos cidadãos, estabelecimentos

comerciais, roubos de carro entre outros fatores que têm provocado insegurança em todos os habitantes.

Segundo informações policiais, as rondas ostensivas de Imperatriz, que deveriam combater o crime, permanecem estáticas devido à insuficiência de combustível e só se deslocam, na maioria das vezes, quando o crime já aconteceu.

Desde a mudança de gestão, o município, até o momento, não recebeu nenhuma viatura nova. Segundo justificativas, a demanda ainda não foi atendida devido a problemas burocráticos no processo de licitação para aquisição de novas viaturas.

Resta demonstrado, é dever do ao Estado zelar pela preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, respaldadas na Constituição da República/88, em seu artigo 144.

“Art. 144-A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio[...].”

Destaca-se, ainda, que a questão da segurança pública é, portanto, de interesse nacional e também de direitos humanos, não podendo ser relegada a segundo plano, até porque a promoção do bem de todos é objetivo fundamental da República Federativa Brasileira (art. 3º, da C.F.). A aquisição de novas viaturas no município de Imperatriz irá contribuir para o melhoramento da segurança da população do município acima citado.

Ante o supracitado, e corroborando um dos compromissos centrais do Estado de Direito, assim como o zelo a dignidade humana, perante esta Casa Legislativa, requeiro a Vossa Excelência que após ouvido à Mesa, seja encaminhado expediente ao Secretário Estadual de Segurança Pública, **Jefferson Miller Portela e Silva**, e ao Excelentíssimo Senhor Governador **FLÁVIO DINO** solicitando-lhes, em caráter de urgência, que adotem providências no sentido de **AUMENTAR O EFETIVO DE VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA**.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 27 de outubro de 2015. Wellington do Curso - Deputado Estadual.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR (lê Expediente) - Expediente lido, senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Expediente lido. À publicação. Pequeno Expediente. Deputado Alexandre Almeida, por cinco minutos sem direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE ALMEIDA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores que acompanham esta sessão pelo Sistema de Comunicação da Assembleia. Venho hoje, senhor Presidente, fazer um registro de agradecimento em nome da população timonense por conta do Governo do Estado ter autorizado a parceria entre a Secretaria de Esporte e Lazer e o Instituto Vida em Ação. Parceria esta que resultou na possibilidade da realização da 4ª Copa Timon de *Beach Soccer*. Esse projeto nasceu há quatro anos e ele nasceu com o propósito de criar um projeto, um ambiente para proporcionar a valorização do esporte em Timon, mas, sobretudo, também criar uma oportunidade de lazer para a população timonense. Na época, realizamos a primeira edição deste projeto e contamos com aproximadamente 20 equipes. No segundo ano, aumentamos para 40 equipes. No ano retrasado, chegamos a 60 equipes e agora, no último domingo, fizemos a abertura da 4ª Copa Timon *Beach Soccer* com 75 equipes e aproximadamente 900 atletas participando diretamente. Tivemos a presença na abertura do presidente da Federação Maranhense de Beach Soccer, também tivemos a presença do vice-presidente da Confederação Brasileira de Beach Soccer. Na oportunidade, o vice-presidente, o Gustavo, fez um reconhecimento e um registro: a IV Copa Timon de Beach Soccer é hoje a maior competição da modalidade no país pela quantidade de equipes, 75 equipes, e pela quantidade de atletas que estão participando, ou seja, aproximadamente 900 atletas. Por isso, senhor presidente, eu quero fazer esse reconhecimento. São projetos com esta característica que nos fazem ter a satisfação do



dever do cumprido, por isso que nós incansavelmente fizemos um trabalho para que pudéssemos aprovar esse projeto na Secretaria de Esporte e Lazer, de maneira que teremos esta copa acontecendo durante os meses de outubro e novembro. Então o meu agradecimento vai, primeiramente, ao governador Flávio Dino que autorizou a Secretaria de Esporte e Lazer a celebrar esta parceria, e também vai ao secretário Márcio Jardim e toda sua equipe, em especial ao Leo e a todos que participaram diretamente desses processos. Todos foram importantes porque permitiram que de fato a gente pudesse proporcionar um projeto sério que valoriza a juventude. Agradecer ao Instituto Vida e Ação, agradecer à Liga Desportiva Timonense e a todos os colaboradores que participaram direta e indiretamente desse projeto. A juventude de Timon sabe que pode contar comigo, o esporte em Timon sabe que pode contar comigo, e é exatamente esse o trabalho que eu faço através do mandato de deputado estadual que a população timonense, que a população maranhense me delegou. Por isso, senhor presidente, muito obrigado, inclusive pelo seu empenho, que também foi importante nesse processo de aprovação desse projeto. Hoje a juventude timonense agradece também, e eu faço, em meu nome, esse agradecimento. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Sousa Neto.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhoras deputadas e senhores deputados desta Casa, galeria, imprensa, todos que nos assistem pela TV Assembleia. Senhor presidente, na semana passada, eu dei entrada, V.Exa. ouviu o meu pronunciamento, na Procuradoria Geral de Justiça, deputado Cabo Campos, eu fui solicitar à procuradora geral, Regina, que abrisse um procedimento para que pedisse autorização ao Poder Judiciário para fazer uma auditoria no Sistema Guardião porque, como eu falei aqui, nós, deputados da oposição, aliados do governo, todos que não rezam na cartilha do governador Flávio Dino estão sendo ouvidos e grampeados. Falo isso porque o coronel Sá, que era o subcomandante da Polícia Militar do Estado do Maranhão, após uma ligação telefônica, dois dias antes comigo, foi anunciada a sua saída do subcomando sem justa causa. E agora, para meu espanto, deputados, mais dois soldados foram transferidos de seus respectivos batalhões, de suas respectivas localidades de trabalho. O soldado Leite foi transferido de Timon para Presidente Dutra, deputado Wellington do Curso, coincidentemente depois de ter falado comigo por telefone na semana passada. Agora foi decidida a sua transferência. Deputado Edilázio, o soldado Diego saiu de Bacabal e vai para Marajá do Sena, e ele coincidentemente falou comigo semana passada também ao telefone, deputado Júnior Verde. Quer dizer, basta falar com Sousa Neto que a pessoa é perseguida pelo Estado, ou com V.Exa., deputado Edilázio, que também é da oposição? Então isso é gravíssimo. Eu espero, sinceramente, caso eu esteja enganado, que seja provado judicialmente isso. Porque eu reclamei semana passada, falei que a ex-subsecretária de Saúde Rosângela Curado também foi exonerada do cargo por alguma escuta telefônica. E eu, mais uma vez, venho aqui pedir a atenção dos colegas parlamentares. Deputado Cabo Campos, V. Ex.^a que preside muito bem a nossa comissão de segurança, que a gente faça um levantamento, uma reunião, porque isso é gravíssimo. Podem acontecer coisas muito ruins. Não só para gente que é da Oposição, principalmente, para a base aliada. E se eu estiver sendo injusto, o Governo terá que me provar através da justiça. Só queria fazer esse esclarecimento, que o soldado Diego que foi transferido para Marajá do Sena e o soldado Leite que foi transferido de Timon para Presidente Dutra, seja feita a devida justiça. E eu queria, Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, meu querido deputado Cabo Campos, que amanhã fizessemos uma reunião na sessão ordinária que terá, para a gente tratar desse assunto, porque se realmente eles estão sendo transferidos porque estavam falando comigo por telefone, é uma coisa gravíssima e a gente vai ter que apurar. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputado Júnior Verde.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE (sem revisão do orador) - Que Deus nos abençoe a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente,

nobres pares, imprensa, internautas, telespectadores da TV Assembleia, a todos nosso cordial bom dia. Que Deus possa nos dar sabedoria para conduzir realmente os nossos mandados, como tem feito, tem nos fortalecido, nos permitindo saúde. E temos percorrido todo o estado do Maranhão andando, conhecendo a realidade, dialogando com as comunidades, quer seja nas sedes ou povoados. Hoje faço uma referência, senhora e senhores, do final de semana que tivemos percorrendo o estado do Maranhão. Em especial vou destacar aqui três municípios. O primeiro município é Turiaçu. Eu estive percorrendo as avenidas, as ruas de Turiaçu, inclusive, fui ao cais e percebi que é uma cidade que precisa de uma atenção especial. E com o Programa Mais Asfalto, eu acredito que nós vamos resolver uma demanda, um problema que ali afeta a população. A gente anda pelas ruas e percebe a poeira, percebe que a cidade realmente está imersa em uma situação que infelizmente prejudica a saúde das pessoas. Então é preciso que nós possamos avançar nesse Programa Mais Asfalto. Eu vou fazer, inclusive, uma indicação. Em breve, estaremos entrando com uma Indicação solicitando o mais asfalto para vários municípios, aqueles municípios dos quais nós conhecemos a realidade, foram demandas também. E ali várias demandas nós tivemos em Turiaçu, não só do asfalto como também do cais do porto, onde seria naturalmente o ponto para que as embarcações pudessem aportar, estar ali para desembarcar o pescado ou também desenvolver, que é natural, no dia a dia, o transporte das pessoas que moram nas ilhas. Então ali a demanda foi realmente que nós pudéssemos solicitar ao Governador uma atenção especial a essa infraestrutura ligada às questões portuárias para o embarque e desembarque de pescado e também o transporte de passageiros. É preciso melhorar a infraestrutura. O Maranhão perde muito na questão da produção porque a nossa produção sai do estado porque aqui não encontra infraestrutura necessária, as câmaras frias, o sistema realmente adequado para que as embarcações pudessem aportar e abastecer e assim por diante. Então fazemos essa demanda por realmente entender que é um clamor público. A população de Turiaçu realmente solicita essa demanda. Não fui votado pelo o prefeito e não tenho ali laços políticos, mas conheci a realidade e estou aqui nesta Casa solicitando também essas demandas em função dos anseios da população de Turiaçu. Mas de Turiaçu nós nos deslocamos para a 316, também de Santa Luzia do Paruá, nós tivemos a oportunidade de estar em Zé Doca. Lá em Zé Doca, nós encontramos um grupo de desportistas e que solicitavam a continuação de um campeonato que nós já reiniciamos e vamos ali continuar a desenvolver e a incentivar a prática de esportes. Nós temos procurado em vários municípios desenvolver as práticas esportivas, doando equipagem de futebol, bolas e fazendo nossa parte para o fomento do esporte, que agrega um valor imensurável a sociedade, não só pela questão da nossa juventude poder ali estar praticando esporte e interagindo, mas pela condição também, acima de tudo, de dar uma oportunidade a juventude para que eles possam sair do mundo da criminalidade e da violência e, assim, interagindo e praticando um esporte saudável. Então temos incentivado. E lá em Zé Doca, estamos com um campeonato de futebol e também tivemos a oportunidade de ir ao município de Bela Vista, mais especificamente, a um povoado chamado Curva da Mata do Boi. Eu falava ontem aqui, não terminei nosso pronunciamento em função do tempo, mas eu falava que lá estive para que pudéssemos realmente participar da final do campeonato esportivo que, junto com o prefeito Orias, junto com a liderança daquela comunidade, Urandir, nós tivemos a oportunidade de fomentar a prática esportiva durante alguns meses. Então ali foi o encerramento, doação realmente de premiações, troféus, equipagens de futebol, enfim, um incentivo às práticas esportivas, tão necessárias realmente, como condição interativa e social para ajudarmos também a fortalecer as questões sociais do estado do Maranhão. Então o deputado Júnior Verde também tem feito a sua parte, tem realmente desenvolvido de forma até pessoal essa determinação em poder realmente contribuir com o esporte maranhense, mas com o esporte amador, com o esporte realmente que agrega o valor da saúde, da educação interativa e da participação da juventude e realmente daqueles que querem fazer algo saudável. Nós queremos aqui, inclusive, para finalizar, senhor Presidente, dizer e reiterar uma demanda que nós temos solicitado nesta tribuna e em todos os municípios que nós temos percorrido, a questão parece que é unânime e a problemática é afim a todos os municípios. Infelizmente, a problemática de água é pertinente a todos os municípios que nós temos percorrido. É preciso fazermos um amplo sistema de gestão para que possamos levar



realmente água para todos no Maranhão. Então eu vou fazer uma Indicação ao Exm^o Senhor Governador, ao Secretário, na verdade, o Diretor da CAEMA para que nós possamos realmente fazer um amplo programa de desenvolvimento de abastecimento de água no estado do Maranhão. Lá em Bela Vista, por exemplo, o prefeito solicitou para a sede um sistema de abastecimento de água. Mas, na verdade, vai ser apenas um reservatório com poço artesiano, porque a canalização já está toda feita esperando só a implantação do poço artesiano. Então imaginem que essas demandas surgem a todo instante. É preciso repensar e pensar, acima de tudo, a condição que é vital à população maranhense, que é a água. Por isso que nós estamos aqui defendendo também a questão dos nossos mananciais, a defesa dos nossos rios, das nossas bacias hidrográficas, porque entendemos que água é também pela condição essencial fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Então aqui ficam esses nossos apelos, senhor Presidente, para que nós possamos encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Governador. Vamos o fazer por Indicação e outros instrumentos para assim dar resposta à população maranhense. Muito obrigado. Que Deus continue nos abençoando.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Wellington do Curso.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, demais Membros da Mesa, senhoras e senhores parlamentares, galeria, imprensa que acompanha os nossos trabalhos e difundem nossas ações no Parlamento Estadual, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, internautas, telespectadores da TV Assembleia que nos assistem, nos acompanham através da TV Assembleia, o nosso mais cordial bom dia. Que Deus abençoe a todos. Senhor presidente, demais pares, ocupo a tribuna na manhã desta terça-feira para fazer uma defesa da população de Imperatriz, a segunda maior cidade do estado. E fazer essa defesa da população de Imperatriz, senhoras e senhores de duas formas. Primeiro, uma Indicação que fizemos hoje ao Governo do Estado do Maranhão, à Secretaria de Segurança Pública do Estado, que dessas novas viaturas que estão sendo conseguidas, novas viaturas que estão sendo licitadas, novas viaturas que estão sendo compradas, que seja destinada certa atenção à cidade de Imperatriz, para que possamos aumentar o quantitativo de viaturas para a cidade de Imperatriz, dada a nossa preocupação com a segurança pública da Região Tocantina, que tem como polo principal a cidade de Imperatriz, que tem uma grande abrangência naquela área. E constantemente recebemos relatos da falta de segurança, do aumento de criminalidade na Região Tocantina, principalmente na região de Imperatriz. Senhoras e senhores, aproveitamos também para fazer uma denúncia e pedir a sensibilidade do prefeito Madeira com relação a um problema grave que vem atrapalhando a vida da população de Imperatriz. Há 23 dias que a cidade de Imperatriz enfrenta uma greve de transporte público e temos recebido muitas denúncias nesse sentido. Muitos amigos de Imperatriz pedindo que nós nos posicionássemos e fizéssemos uma defesa em favor da população de Imperatriz. 30% desse transporte estão sendo mantido no transporte interurbano de Imperatriz para João Lisboa, para cidades próximas, mas o transporte público dentro da cidade de Imperatriz está totalmente comprometido. São 23 dias de greve. E o que mais chama atenção e a denúncia é que na semana passada, na quinta-feira, tiveram manifestações na cidade, onde estudantes fizeram manifestações na quinta e sexta-feira. E quem está sendo prejudicado, senhoras e senhores, na cidade de Imperatriz são os estudantes, são os cadeirantes, idosos e os trabalhadores em geral. Senhoras e senhores, peço aqui a atenção do prefeito Madeira para com essa problemática, que é sérrima. E eu estava pensando ‘cá com meus botões’ que o problema no transporte público seria privativo somente de São Luís, somente da capital, mas, na segunda maior cidade do Estado, a cidade de Imperatriz passa pelo mesmo problema. E, há 23 dias, a cidade padece com o problema da falta de transporte, problema de greve. Somente 30% da cidade está sendo mantido e há um clamor da sociedade, um clamor da população de Imperatriz nesse sentido. Senhoras e senhores, eu fico preocupado com essa administração de Imperatriz, porque na quantidade de denúncias na saúde, na educação e agora no transporte me veio à mente o que está acontecendo com a administração de Imperatriz. Será que o prefeito Madeira perdeu a vontade de administrar, de fazer alguma coisa? Porque, na verdade, a cidade está totalmente parada, a

cidade tem carências, tem necessidades e o prefeito Madeira, o prefeito de Imperatriz não tem feito absolutamente nada. A administração do prefeito Madeira está totalmente parada na cidade de Imperatriz e há um ressentimento muito grande da sociedade, da população nesse sentido. Senhoras e senhores, só para ressaltar que não é oportunismo e nem aproveitando da situação, já fizemos muitas defesas da população de Imperatriz. No último dia 17 de setembro, realizamos uma audiência pública, em Imperatriz, em defesa dos comunicadores, jornalistas e radialistas de Imperatriz. Solicitamos inclusive que no próximo concurso, tanto na Câmara Municipal quanto na Prefeitura de Imperatriz, sejam criados os cargos para jornalistas, para os comunicadores, para os profissionais da área de comunicação. Senhor presidente, só para concluir por gentileza, é outra ressalva também que nós fizemos em defesa da cidade de Imperatriz. Nós solicitamos duas USCIs, duas Unidades de Segurança para a cidade de Imperatriz, para bairros distantes e bastante perigosos na cidade de Imperatriz. Também fizemos uma solicitação para uma área com grande contingente populacional que era da Vila Paraty. Fizemos a solicitação de nº 522 encaminhada ao secretário Neto Evangelista e a Indicação nº 521 encaminhada ao secretário Clayton Noletto. E o que recebemos de resposta do secretário Clayton Noletto é que não podia incluir a Vila Paraty, tendo em vista que no Mais Asfalto os municípios de Imperatriz e os vereadores já tinham indicado e relacionado os bairros de prioridade, destacando que na Vila Paraty não havia representatividade. E aí a reclamação da população de Imperatriz e alguns bairros isolados, como a Vila Paraty, por exemplo, é que permanece sem asfalto, permanece sem água e permanece sem representante político. Eu faço aqui um apelo, na tribuna da Assembleia, ao secretário Clayton Noletto. Se, porventura, a prefeitura de Imperatriz, os vereadores de Imperatriz não tinham como prioridade a Vila Paraty e não puderam incluí-la nas benfeitorias, nas melhorias do estado, eu faço aqui um apelo, da tribuna da Assembleia Legislativa, ao secretário Clayton Noletto para que possa incluir a Vila Paraty em Imperatriz a fim de que ela receba essas benfeitorias, essas melhorias. Fica aqui o meu apelo, na manhã de hoje, em defesa da população de Imperatriz face à denúncia da população que está com um problema gravíssimo há 23 dias, que é o problema do transporte público totalmente parado prejudicando a população de estudantes e trabalhadores. Então eu peço a sensibilidade do prefeito Madeira e volto a ressaltar que me parece que o prefeito Madeira perdeu a vontade de administrar, não se sabe por que, mas a cidade infelizmente tem muitas carências, tem muitas necessidades. Então, eu faço aqui o apelo à sensibilidade do prefeito Madeira para que tenha um olhar mais atento à cidade, a querida cidade de Imperatriz. Que Deus abençoe a todos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Cabo Campos.

O SENHOR DEPUTADO CABO CAMPOS (sem revisão do orador) – Deus seja louvado e o nome do Senhor, exaltado. Bom dia a todos da galeria, da imprensa, colegas parlamentares, TV Assembleia, os meus irmãos de farda, policiais e bombeiros militares, o mais cordial bom dia. Hebreus 11.1 diz: “*Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam e a convicção de coisas que não se veem*”. Queridos, nós somos movidos por fé e temos aqui hoje um grande desafio para o qual quero chamar a atenção de toda Comissão de Segurança, deputado Levi Pontes, deputado Sousa Neto, deputado Júnior Verde. Eu quero também chamar a atenção do deputado Wellington do Curso que nos desafiou ontem para a questão dos excedentes da Polícia Civil. Nós temos três assuntos amanhã, senhores: primeiro, os excedentes da Polícia Civil; segundo, a questão da reintegração de posse no Turu que teve algumas intempéridas da categoria do policial militar que não ficou satisfeita com a forma como foi tratada, haja vista que ficamos desde as 4 horas até às 14 horas, e o K3 ainda não tinha chegado. Só os militares entenderam o que é isso, até as 14 horas. Eu vou repetir: eles ficaram das 4 horas de prontidão no quartel, chegaram às 4 horas e ficaram até às 14 horas sem o K3, ou seja, sem o almoço, dentre outras situações que nós, como Comissão de Segurança, temos que entrar nesse ínterim também para que possamos dar aos nossos policiais militares o conforto de uma reintegração de posse com as condições de trabalho favoráveis. Nós estamos sendo desafiados pelo deputado Sousa Neto para tratarmos sobre as transferências das quais nós falamos ontem. Então,



a Comissão de Segurança amanhã vai ter muito trabalho. Quero chamar a atenção da TV Assembleia, que já posso estar posicionado amanhã quando vamos ter muitos assuntos, dentre outros que vão surgir. Eu creio que somente uma hora não vai dar tempo para a gente falar tudo. Nós vamos ter que tratar uma estratégia aqui ou amanhã de dividirmos a comissão. Eu creio que nós temos que dividir a comissão para tratar desses três assuntos, senão, não vamos dar conta. Eu acho que é interessante. Senhores, basicamente é isso que eu tenho a falar para todos os irmãos. Hoje à tarde, nós vamos estar com o secretário de Segurança Pública que ontem retornou a minha ligação, como tem sido feito todas as vezes que eu ligo para ele. Quando está ocupado, ele nos retorna, nos dá a atenção necessária para tratar de alguns assuntos, dentre eles a situação do Diego e do Leite. Quero dizer aos colegas que a Comissão de Segurança não está dormindo. Os parlamentares que compõem essa comissão estão comprometidos com o desenvolvimento e com a segurança pública de nosso estado. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Ordem do Dia. Projeto de Lei nº 221/2015, de autoria do Poder Executivo. Mensagem Governamental nº 102/2015. Em discussão. Em votação.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO – Presidente, eu voto contra.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputados e deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. À sanção.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO – Presidente, eu voto contra.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Voto contra do deputado Sousa Neto. Requerimento n.º 580/2015, de autoria do deputado Wellington do Curso (lê). Em discussão. Em votação. Os deputados e deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SENHOR DEPUTADO ADRIANO SARNEY - Senhor presidente, gostaria de subscrever esse requerimento, se o autor permitir, e mais os outros dois requerimentos do autor que serão votados agora em relação aos juízes. Deputado Wellington, V.Exa. me permite subscrever os três requerimentos?

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Se o mesmo autorizar.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Presidente, está autorizado não somente ao deputado Adriano Sarney, mas a todos que quiserem subscrever. Está disponível.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO - Por favor, presidente, também quero subscrever.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – O deputado Sousa Neto também subscreve.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO – O deputado Júnior Verde também aqui.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Júnior Verde, todos os deputados presentes subscrevem o seu requerimento. Requerimento n.º 581/2015, de autoria do deputado Wellington do Curso. Em discussão. Em votação. Os deputados e deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento n.º 582/2015, de autoria do deputado Wellington do Curso. Em discussão. Em votação. Os deputados e deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Grande Expediente. Deputado Carlinhos Florêncio ausente. Tempo dos Partidos ou Blocos: Bloco

Parlamentar. Declina. PMDB. Declina. Bloco Parlamentar Democrático. Deputado Rogério? Declina. Partido Verde. Deputado Hemetério Webá, deputado Adriano Sarney? Declina. Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão. Deputado Braide?

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Senhor presidente, o deputado Rafael Leitoa por dez minutos; deputado Marco Aurélio por dez minutos; deputado Levi Pontes por cinco minutos e deputado Wellington do curso por seis minutos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputado Rafael Leitoa, dez minutos com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA (sem revisão do orador) - Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. O que me traz à tribuna é para ressaltar e registrar mais uma vez, até porque os nobres colegas, deputado Stênio Rezende e deputado Cristovam, estiveram ontem nesta tribuna falando sobre a nossa audiência pública na cidade de Balsas. Audiência importante que mobilizou não somente a cidade de Balsas, mas toda a região do Alto Parnaíba, e na qual discutimos uma pauta específica sobre a criação do Comitê da Bacia do Rio Parnaíba, mas também, senhor presidente, discutimos a questão do Rio Balsas, que é o principal rio da cidade, e do Rio Paraíba, por ser seu maior afluente. Lá pudemos observar uma sociedade que está preocupada com a cidade, preocupada com o Rio Balsas, porque é um rio que está diminuindo a sua capacidade de abastecimento, como bem falou aqui o deputado Stênio Rezende ontem. Essa discussão e esse debate são importantes para que a gente alerte não só as autoridades que fazem a gestão das águas, mas também toda a sociedade. Esse debate contou com a participação da sociedade civil, de empresários locais, do Poder Público, vários prefeitos participaram tanto que 8 prefeitos assinaram o termo de subscrição. A Assembleia Legislativa em nome do Presidente Humberto Coutinho, eu quero aqui agradecer todo o apoio que foi dado, a imprensa que participou da assembleia, a comissão, os funcionários que se deslocaram já na segunda-feira para a cidade, para ajudar na mobilização e que a gente pudesse fazer uma audiência bem participativa como foi a nossa reunião em Balsas. Digo isso, Senhor Presidente, porque o trabalho não para. O trabalho se iniciou aqui em agosto dentro da Comissão de Meio Ambiente, através da nossa presidente Ana do Gás, dos membros da Comissão, deputado Adriano, deputado Fernando Furtado, onde fizemos aquela audiência, aqui em São Luís, e onde pudemos convocar também o Poder Público e que a SEMA, desde o primeiro momento tem ajudado e tem sido parceira. E isto só está dando certo, a mobilização só está dando certo porque é um processo que está construído com várias mãos, com sociedade civil, com Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com a Secretaria de Meio Ambiente, com a Assembleia Legislativa do Estado porque ainda assim cumprimos outra agenda, de sair daqui da capital e irmos ao interior. A Assembleia Legislativa está discutindo com a sociedade, está conversando com o interior. E olhe que é uma cidade relativamente distante, do outro lado do estado do Maranhão, que é a cidade de Balsas. Uma cidade com economia importante para o nosso Estado, uma cidade que é fundamental para o nosso Estado e merece também a atenção da Assembleia Legislativa. Hoje pela manhã, Senhor Presidente, já tivemos outra reunião, aqui dentro da Sala das Comissões, estivemos discutindo junto com a SEMA, junto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e que essas reuniões têm acontecido aqui na Casa do Povo, que tiramos os pontos positivos, os pontos negativos para que a gente possa melhorar, na próxima audiência, que será em Araiões, dia 5 de novembro. Será na região de Araiões, a região do Baixo Parnaíba, que lá envolveremos cidades como Santa Quitéria, Brejo, Anapurus, São Bernardo, Tutóia, Barreirinhas, ou seja, todas as cidades que fazem parte da bacia, na região do Baixo Parnaíba. E aí, mais uma vez, eu quero chamar a atenção dos senhores deputados: esta luta não é uma luta individual de ninguém. E aqui eu quero dividir com vocês, até porque nós estamos representando mais de seis milhões de pessoas em nosso estado e aqui a quem quer se somar, a discussão e o debate estão abertos, como tem se somado o deputado Cristovam, como o deputado Paulo Neto participou hoje, deputado Stênio Rezende lá da região de Balsas, enfim, deputado Max Barros, que tem ajudado. Todos os deputados têm que estarem preocupados com isso, até porque o Rio Parnaíba ajuda todo o estado do



Maranhão. E aí, senhor Presidente, faremos para finalizar a nossa última audiência, que será no dia 19 de novembro na região do Médio Parnaíba e acontecerá na cidade de Timon, mas envolverá toda a região do Médio Parnaíba e entrarão as cidades como São Francisco do Maranhão, como Parnarama, Matões, enfim, as cidades que compõem a região do Médio Parnaíba. E será com certeza mais uma reunião em que atingiremos os objetivos e que poderemos com certeza ter sucesso.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE – Deputado Rafael, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA – Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE (aparte) – Deputado Rafael, primeiro lhe parabenizar pela iniciativa. É muito importante nós mantermos realmente essa preocupação com os nossos mananciais, com nossas bacias hidrográficas. Ainda há pouco falei que, por onde eu tenho percorrido os municípios que eu tenho andado, a necessidade de água é uma necessidade realmente que está ali viva num anseio coletivo, porque muitos municípios ou a maioria dos municípios têm problemas de água. Então essa problemática se dá em função da falta, do acompanhamento do poder público, de poder realmente manter o equilíbrio, a condição dos nossos recursos hídricos, na condição, infelizmente, que acontece dos desmatamentos, dos assoreamentos dos nossos rios que têm prejudicado a população. Então é preciso realmente que esta Casa mantenha essa preocupação no dia a dia, que a gente possa estar discutindo com a SEMA, como V.Exa tem feito, que a gente possa realmente estar interagindo, participando dessas discussões para promover essa discussão, acima de tudo, conscientizando a população que vive às margens desses rios. E a Bacia do Alto Parnaíba, Bacia do Parnaíba, que V. Exa, destacou aqui e eu conheço, inclusive, vivi naquela região por quase oito anos e realmente conheço a realidade daquela região. Então é importante que nós possamos nesta Casa aqui fazer os encaminhamentos necessários para a preservação, unir esforços para a defesa das nossas bacias hidrográficas, porque a população maranhense está padecendo da problemática séria que é a falta de água e que se dá realmente infelizmente pelo descumprimento aqui e pelo desequilíbrio ambiental que tem realmente assolado todo o estado, este país e o mundo. Então, essa preocupação tem que estar viva realmente não só nesta Casa, no Poder Legislativo, mas também no Poder Executivo. Parabéns a V.Exa. pela participação e pela interação.

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA - Eu que agradeço, deputado Júnior Verde, pelo aparte. Só para finalizar, colocar aqui que o debate da criação do Comitê do Rio Parnaíba é um ponto, nós temos que avançar em vários outros pontos. No estado do Maranhão, das suas 12 bacias, existem apenas dois comitês instituídos, o do Mearim e o do Munim, que precisam também de suporte, que precisam urgente da regulamentação do fundo estadual de Recursos Hídricos. Assunto este que já tratamos diretamente com o Governador do Estado. Acredito que nas próximas semanas, ou meses, esse Fundo será regulamentado porque é urgente a necessidade disso, para que a gente possa melhor gerir as nossas águas. O Maranhão hoje só perde para o estado da Bahia em potencial hídrico. Não é justo que nós não gerenciemos os nossos recursos hídricos por simplesmente termos em abundância; muito pelo contrário, pesquisas e estudos mostram que nossos rios estão perdendo suas capacidades de abastecimento. E isto nós temos falado constantemente nesta tribuna, que daqui a pouco São Luís será afetado e já é afetada com o desabastecimento, por exemplo, do rio Itapecuru, que é outra luta que nós iremos iniciar logo, logo a questão da criação e instituição do comitê da bacia do rio Itapecuru, porque sobrevive de...

O SENHOR DEPUTADO VINÍCIUS LOURO – Deputado Vinícius Louro.

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA - Deputado Vinícius Louro, por favor.

O SENHOR DEPUTADO VINÍCIUS LOURO (aparte) – Primeiramente, quero parabenizá-lo pelo seu discurso e dizer que eu não faço

parte da Comissão de Meio Ambiente, mas, como parlamentar e representante do povo do Maranhão, eu dou total apoio. E dizer que eu peço, em nome de V. Exa., que V. Exa. leve a Comissão de Meio Ambiente para o município de Pedreiras, haja vista que o rio Mearim, como você comentou, é um rio que está sendo bastante degradado. E, há 15 dias, estive no rio, em uma confraternização no rio Mearim, e a gente via várias pessoas passando o rio andando. Um rio que, quando as pessoas mergulhavam, não conseguiam tocar o chão ali submersas. E nós temos uma grande problemática, que é a questão da termoeletrica. Essa termoeletrica antes de ser montada houve várias audiências públicas. A termoeletrica garantiu que ia ter uma fiscalização quando se trata na busca da água para resfriar as turbinas e que a água ia retornar com a temperatura de um grau a mais. Mas eu acredito que sem fiscalização alguma a gente vai poder detectar essa problemática. Os investimentos que essa termoeletrica também se comprometeu em fazer sobre o Rio Mearim eu desconheço ali. Eu que estou sempre presente em Pedreiras, Trizidela do Vale, Joselândia, eu desconheço investimento. Haja vista que a ida da comissão e um convite aos representantes legais dessa termoeletrica vá nos trazer uma explicação, para que a gente possa proceder legalmente. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA – Eu agradeço, deputado Vinícius Louro. Gostaria que pudesse encaminhar esse pedido oficialmente à comissão para que a gente possa analisar. Para finalizar, eu quero agradecer especialmente ao Presidente da Assembleia Humberto Coutinho, que tem dado todo o suporte para que a Comissão de Meio Ambiente possa executar seus trabalhos, possa estar dialogando com a sociedade e esperamos contar com o mesmo apoio para as audiências de Araiozes e de Timon. Era isso, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Com a palavra, o deputado Marco Aurélio, por 10 minutos com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, deputados, deputas, imprensa, galeria e aos que acompanham esta sessão pela TV Assembleia ou pelas redes sociais. Quero destacar com grande alegria que ontem foi lançado o Programa Bolsa Escola do Governo Estadual ou Mais Bolsa família, e com grande alegria nós acompanhamos a implantação desse importante programa. E digo isso porque quando se tem oportunidade de governar o estado, você tem que ser fiel à população e fiel ao seu conteúdo programático, ao seu programa de governo, e esse programa era um dos eixos principais do então candidato a governador, Flávio Dino, quando falava que iria implantar mais uma parcela do Bolsa Família para serem adquiridos materiais escolares. Ele dizia isso claramente. E ontem foi a concretização desse projeto com o lançamento desse importante programa que é o Bolsa Escola. Programa de grande alcance, deputado Rafael Leitão, que vai possibilitar a inclusão de mais de um milhão de crianças e jovens maranhenses, dos 4 aos 17 anos de idade, que estão inscritos no Cadastro Único, que recebem já o benefício do Bolsa Família, que já têm essas 12 parcelas por parte do governo federal e terão essa 13ª parcela diretamente para a aquisição de materiais escolares. Quando a gente fala de mais de um milhão de crianças, é um impacto direto de R\$ 72 milhões. Olhe para o passado e veja onde se teve um programa de tão longo alcance, de tão grande alcance como esse! Não se teve. É algo que vem de fato fortalecer a educação, ao encontro daquelas comunidades que mais precisam. Quantas e quantas crianças não teriam condições de dignidade, de adquirir um material escolar e vão receber um valor de R\$ 46, as famílias vão receber um valor de R\$ 46 por filho matriculado na rede pública. Isso é um diferencial, além de ampliar as condições da aprendizagem por dar mais condições na aquisição do material, também ajuda na redução na evasão escolar, porque se tem mais ferramentas, mais estímulos, e isso, com certeza, beneficia diretamente as crianças e aos jovens do Estado, há também uma melhoria direta nos índices educacionais do nosso Estado, e aí tem outra contrapartida, que é a movimentação econômica dos estabelecimentos empresariais que já estão em processo de credenciamento, imagina só, o impacto de R\$ 72 milhões aproximadamente, movimentando aí as livrarias, papelarias dando aí esse fluxo, e essa movimentação fortalece todo o comércio, sobretudo, no momento de dificuldade de todos os municípios brasileiros.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA – Deputado, V. Ex.^a me permite um aparte?



O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO - Concedo o aparte ao deputado Roberto Costa.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA (aparte) – Obrigado, deputado Marco Aurélio. Deputado Marco Aurélio, eu, inclusive enquanto Presidente da Comissão de Educação da Assembleia, eu fico feliz em relação a esse projeto do governo, porque eu acho que atende verdadeiramente àquelas crianças desassistidas, nós que temos a nossa militância também dentro do movimento estudantil por muitos anos e hoje militamos dentro dos municípios do Maranhão e conhecemos um pouco da realidade e das dificuldades que as famílias têm em dar as condições mínimas para que seus filhos possam frequentar uma escola com condições até de um lápis, não é novidade para nós que fazemos política nos municípios, nas nossas caminhadas, os pedidos de mães, de pais, de alunos, pedindo caderno, pedindo uma bolsa, pedindo um estojo de caneta, acho que o governador acertou com esse projeto porque, com certeza, isso resgata a dignidade dessas crianças, primeiro, de irem para a escola com o mínimo de condições, e acho que o efeito vai ser extremamente positivo no resultado final desse ciclo educacional que essas crianças iniciam. Então quero parabenizá-lo pelo discurso, pela lembrança a respeito desse projeto do governo. Parabenizar também o governo por essa medida. Acho que são essas medidas que vão ajudar a dar esperança para nossas crianças, para nossos jovens do estado do Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO – Obrigado, deputado Roberto Costa. Passo a palavra ao deputado Othelino Neto.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (aparte) - Deputado Marco Aurélio, muito pertinente o seu pronunciamento. Quero cumprimentá-lo por trazer esse assunto à tribuna, por enfatizar o cumprimento de mais um compromisso de campanha do governador Flávio Dino. Cerca de um milhão de crianças e jovens vão ser beneficiados por esse programa. E aí é preciso chamar a atenção para um aspecto que é muito marcante, além da importância social já anunciada por V.Exa., agora aparteado pelo deputado Roberto, e pelo governador que em um momento de crise tem a sensibilidade de compreender a importância de um programa como esse, momento em que circula menos dinheiro. Mas vão cerca de R\$ 70 milhões circular a mais no mês de janeiro, permitindo que essas crianças possam comprar o material didático. E tem outro aspecto importante, não vai ser preciso aquela correria dos pais levando as crianças para buscar o cartão, ficar esperando horas e horas em filas, entrando pela madrugada, porque a criança vai receber o cartão em casa. Se os pais tiverem duas crianças devidamente matriculadas, receberão dois cartões de débito para comprar um material didático. Então é um programa muito importante que está coerente com o objetivo principal do governo Flávio Dino que é atingir e beneficiar aqueles que mais precisam e que são vítimas históricas desse modelo econômico e político que foi construído no Maranhão. Agora nós estamos tendo a missão de montar um novo modelo para o nosso estado.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO – Obrigado, deputado Othelino. Passo a palavra ao deputado Rafael Leitoa.

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA (aparte) - Só para registrar a sua fala. Infelizmente, não pude ontem estar presente no evento, mas aí é como o deputado Othelino colocou, mais um compromisso que este governo está cumprindo com a sociedade maranhense, apesar da situação financeira não muito boa, mas que o governo mostra que tem uma pauta positiva que está sendo cumprida. Já falamos aqui em educação com relação ao concurso público, falamos dos núcleos de formação de tempo integral, falamos aqui das recuperações e instalações das escolas em tempo integral, e isso vem a se somar com a educação para o fortalecimento da educação no estado do Maranhão, pois só assim realmente nós conseguiremos avançar no plano Mais IDH e tirar o Maranhão desses índices com os quais a gente ainda convive. Isso sem falar também da economia que vai gerar em todas as cidades maranhenses, principalmente nas cidades com o poder de movimentação muito pequeno. Então mais uma vez registrar não só a sua falar, mas também a ação do governo

do estado nesse sentido de cumprir a pauta positiva que foi estabelecida em campanha. Parabéns, deputado.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO – Obrigado, deputado Rafael Leitoa, eu quero destacar o significado, procurem se reportar a mais extrema necessidade que famílias do nosso estado possam ter. As crianças que já recebem o Bolsa Família, quando chega o mês de janeiro que é para adquirir o material, quando não sobra, a opção é comprar o material ou investir na alimentação das crianças para garantir a sobrevivência. Não se vai pensar duas vezes, pois a alimentação é o essencial. E hoje o governo do estado vai dar essa possibilidade de garantir a presença da aquisição do material escolar. Não é um programa com um pequeno alcance, é um programa para mais de um milhão de crianças e jovens. E já há um compromisso para todos os anos. A partir de janeiro, esses 72 milhões de reais de investimento serão anualmente. É um compromisso fundamental somado ao esforço do Programa Escola Digna que vai recuperar e construir mais de mil e cem escolas em substituição às escolas taipas e cobertas de palha. Juntamente com outros programas como o deputado Rafael falou, o próprio Núcleo de Educação Integral, a construção dos Iemas, enfim, eu não tenho dúvidas de que há uma edificação sólida da educação no Maranhão. Eu quero passar a palavra ao deputado Fernando Furtado.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO FURTADO (aparte) - Deputado Marco Aurélio, V.Exa. está sendo bastante feliz trazendo esse tema e trazendo esse programa que foi lançado ontem pelo governador Flávio Dino e que vai se atrelar a outros programas na área de educação para que a gente possa realmente resgatar toda a dívida da educação que o nosso estado vinha sofrendo, que os nossos jovens vinham sofrendo. Se hoje nós temos um índice de criminalidade muito alto e temos muitos jovens envolvidos, é justamente porque faltou a escola, faltou o incentivo, faltou o atrativo na escola para que esse jovem olhasse a escola de uma forma salutar. Então eu digo que o caminho é este e este é o momento que temos que começar a preparar com a inauguração dos Iemas e outras questões que o governo já vem levantando como as escolas dignas que vão acabar com as escolas de taipa. Então é de fundamental importância que a sociedade veja que, na área de educação, a valorização dos professores, o concurso que virá agora aí, enfim, todas essas ações se somam àquilo que o povo do Maranhão clamava há muitos anos. Parabéns.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO – Obrigado, deputado. Eu finalizo, senhor presidente, parabenizando o secretário de Desenvolvimento Social Neto Evangelista pela missão que está cumprindo e pela implantação de um programa tão grande e tão importante no estado do Maranhão. Parabenizo o governador Flávio Dino por ter essa sensibilidade de estar cumprindo com suas promessas de campanha, com seus compromissos de campanha. Passo a palavra e na sua fala já finalizo aqui meu pronunciamento.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (aparte) – É bem rápido, só para lembrar que V.Exa. parabenizou também o secretário Neto Evangelista que, conversando ao telefone, me disse que vai passar essa semana e as próximas semanas viajando para várias regiões do estado, reunindo-se com as Secretarias Municipais de Educação e com as equipes das UREs, explicando como vai ser o funcionamento do programa. Hoje, por exemplo, ele está na cidade de Pinheiro, esteve agora de manhã abrindo um evento para discutir e orientar como fazer. No final da manhã, estará em Arari e vai fazer uma vasta programação para que todas as escolas, os diretores de escolas e, naturalmente, as informações cheguem aos professores e aos alunos sobre como vai ser o funcionamento do programa.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO – Obrigado. Finalizo, presidente. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Levi Pontes com a palavra.

O SENHOR DEPUTADO DR. LEVI PONTES (sem revisão do orador) – Senhor deputado Humberto Coutinho, presidente desta Casa, demais membros da Mesa, nobres colegas deputados estaduais, imprensa, galeria, TV Assembleia. O que me faz subir a esta tribuna é para responder à querida deputada Andréa Murad que ontem na sessão citou o meu nome



no que diz respeito à esposa do secretário de Estado da Saúde, Dr. Marcos Pacheco. Deputado Othelino Neto, eu começo a me preocupar nesta Casa com o estado de saúde de alguns colegas deputados. Eu entendo que o papel da oposição tem que ser respeitado, deputado Othelino, mas entendo também que cabe a esta oposição criar fatos, até mesmo para engrandecer este Parlamento. Mas eu entendo, deputado Othelino, que o nível de alguns deputados e deputadas está chegando a níveis patológicos, a níveis de mitomania. E isso me preocupa muito, não só como parlamentar, mas também como médico, visto que a esposa do nosso Secretário de Estado da Saúde, a senhora Simone Pacheco, não tem e nunca teve nenhum vínculo com a Secretaria de Estado da Saúde, nenhum. E vêm deputados aqui dizer que esta senhora hoje manda e desmanda dentro da Secretaria de Estado da Saúde, deputado Othelino. Eu não vejo que o fato da esposa de um Secretário de Estado um dia ter a companhia do seu marido num helicóptero venha caracterizar nada que fira um princípio da Administração Pública.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Quando puder, me conceda um aparte.

O SENHOR DEPUTADO DR. LEVI PONTES - Eu não vejo nenhuma aberração a senhora Simone Pacheco acompanhar o seu marido em uma única viagem que ela fez ao seu lado, nem tão pouco as poucas vezes em que ela esteve naquela Secretaria para tratar de assuntos familiares com o seu marido. Então, Secretário, a minha preocupação, deputado Othelino, é que isso se torne patológico, visto que, recentemente, esta mesma deputada alegou nesta Casa que o Secretário chefe de articulação política, Dr. Márcio Jerry, na madrugada teria usado um helicóptero do Governo, da Polícia Militar para tratar de assuntos pessoais. Outro fato que leva a problemas de saúde, porque é uma invenção total. A minha preocupação é que essas pessoas comecem a acreditar na sua própria mentira. Com a permissão do senhor Presidente mais um minuto, eu concedo a palavra ao nobre deputado Othelino Neto.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (aparte) – Deputado Levi, realmente é de causar preocupação.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Bem rápido porque o tempo dele já expirou. Que seja rápido.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (aparte) – Serei breve, Presidente. Quando começam a vir para esta tribuna assuntos que extrapolam a política. Esta tribuna é feita para nós discutimos o Maranhão, para nós debatermos, para nós divergirmos, quando descamba para falar da família dos outros, me parece que está indo por um caminho ruim. A esposa do secretário Marcos Pacheco, a senhora Simone Pacheco, eu tive um contato pessoal com ela, só num ambiente informal, ela estava acompanhada do marido. Uma advogada, professora universitária. Fui à Secretaria de Saúde algumas vezes e nunca a encontrei por lá. Em nenhuma vez eu encontrei a senhora Simone lá na Secretaria, e ainda que tivesse encontrado, isso não tem nada de ilegal. Eu quero saber qual é a lei que proíbe ou qual é o aspecto imoral se eventualmente a esposa for visitar o marido no ambiente de trabalho? Acho que, inclusive, é legítimo. Essa história que a esposa manda, não tem nenhum sentido. Ah! Porque depois vem sobrinho, vem filho. Isso aí na verdade parece que é um comentário de quem está olhando para o governo que acabou. Lá atrás, sim, era um governo para poucos e para familiares e, muitas vezes, para fazer negócios não republicanos.

O SENHOR DEPUTADO DR. LEVI PONTES – Obrigado, deputado. E para encerrar minha palavra, eu, que sou da área médica, frequento quase todo dia aquela Secretaria, também não tive ainda o prazer de conhecer a esposa do Secretário. Então, são todas denúncias infundadas de quem caminha para um estado patológico. Eu acho que o deputado Othelino é muito feliz em dizer, mas, porque eles querem, inclusive, eles esquecem que o povo outorgou esse direito ao Dr. Flávio Dino de governar, visto que até demitir funcionários eles se acham no direito. Eu acho que esqueceram que hoje são oposição e quem governa esse estado é Flávio Dino, pela graça do povo maranhense. Obrigado, senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Wellington do Curso, seis minutos, com direito a aparte.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, demais Membros da Mesa, senhoras e senhores parlamentares, galeria, imprensa que acompanha os nossos trabalhos e difundem as nossas ações na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, internautas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, o nosso mais cordial bom dia, que Deus nos abençoe. Senhoras e senhores, volto a ocupar a tribuna da Assembleia para convidar todos os parlamentares, a sociedade para a audiência pública que será realizada na próxima quinta-feira, às 14 horas. Audiência pública devidamente autorizada pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa. O Deputado Zé Inácio não está presente hoje, está com atividade em Brasília. A audiência seria realizada amanhã, dia 28, transferida para o dia 29, para que pudesse ter a presença do Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. E essa audiência pública a que eu convido V. Exas. faz referência ao processo unificado de escolha de Conselheiros Tutelares realizado no último dia 04 de outubro. E não cabe meu questionamento se teve algum parlamentar que foi votar na eleição unificada para Conselheiros Tutelares, mas eu estava na votação, eu participei do processo unificado e eu falo com o conhecimento de causa. Eu estava no local e no local eu presenciei muitas irregularidades e logo na segunda-feira, no primeiro dia útil, no primeiro dia de sessão nesta Casa, eu trouxe à tribuna os elementos necessários para a discussão salutar, para a discussão saudável sobre a eleição unificada, o processo unificado de escolha dos Conselhos Tutelares. Senhoras e senhores, em momento algum, nós ficamos contra os Conselheiros Tutelares eleitos, pelo contrário, a nossa luta é em defesa da moralidade no processo seletivo, a moralidade nesse processo unificado. E não são denúncias infundadas, denúncias inverídicas, são denúncias pautadas na verificação *in loco*, de um parlamentar, um deputado que participou do processo. Então, dia 4, eu fui votar. A escola onde eu voto é o IFMA, e o IFMA não era local de votação. Eu tive que procurar o meu local de votação e muito tempo depois identifiquei que a minha seção havia sido transferida para o Barbosa de Godois. E, ao chegar ao Barbosa de Godois, constatamos muitas irregularidades, muitos problemas. Dentre eles, de fiscalização, não existia fiscalização da guarda municipal, fiscalização de agente de trânsito, fiscalização da Blitz Urbana, da Polícia Militar. Nós chegamos ao local de votação e nas paredes as relações já rasuradas, rabiscadas, alteradas. Nós identificamos que as urnas não eram urnas eletrônicas e muito menos urnas de lona. Eram urnas de papelão, eram caixotes de madeira feitos de forma improvisada, uns lacres de forma improvisada e nós identificamos muitas irregularidades, dentre elas, a cédula de votação remonta ao século passado, onde nós tínhamos que colocar o nome do candidato, colocar um quadrado, marcar com um x, colocar o nome do candidato e o número do candidato. Identificadas irregularidades como: dois candidatos com o mesmo número. Podemos observar o candidato Vladimir Leonardo com o número 940 e o candidato Garotinho de ouro com o número 940. Dois candidatos com o mesmo número. Enfim, muitas irregularidades, muitos problemas detectados. Na segunda-feira, dia 05, fizemos a denúncia na Assembleia. Voltamos a nos posicionar na quarta-feira. Tivemos uma Audiência com o doutor Márcio Thadeu no Ministério Público e nós solicitamos uma audiência, na semana passada, não tivemos como fazer audiência, tivemos uma reunião preliminar. Marcamos audiência para dia 29. Então, no próximo dia 29, teremos uma audiência pública e onde nós teremos a participação, nessa audiência pública, dos convidados para Audiência de representantes do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública, do Tribunal Regional Eleitoral, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Prefeitura de São Luís. Na verdade, senhoras e senhores, o que aconteceu na eleição, o que aconteceu no processo unificado da escolha dos conselheiros tutelares foi uma vergonha, uma aberração com a falta de organização por parte da Prefeitura de São Luís, da Semicas e do Conselho Municipal. Então, uma vergonha! E chamo a atenção para o debate salutar nesta Casa. Senhor presidente, utilizei os seis minutos do bloco e solicito de V.Exa. que me conceda, por gentileza, os cinco minutos da liderança, por favor.



O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO VINÍCIUS LOURO - Deputado Wellington do Curso, por cinco minutos sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO - Muito obrigado, deputado Vinícius Louro, presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado Maranhão. Continuando, senhoras e senhores, na próxima quinta-feira, teremos uma audiência pública, no Plenarinho desta Casa, devidamente autorizada pela Comissão de Direitos Humanos, com a participação de entes envolvidos na escolha dos conselheiros tutelares. E fazemos mais uma ressalva de que não somos contra, não estamos aqui para prejudicar os conselheiros tutelares eleitos, pelo contrário, estamos aqui em defesa da moralidade. Se não temos condições de ter uma eleição unificada para conselheiro tutelar, como vamos prover a eleição municipal de 2016, a próxima eleição de 2018? Algo tão simples, mas de tamanha relevância e tamanha importância para a sociedade. A escolha dos conselheiros tutelares, senhoras e senhores, é de suma importância para a sociedade, é algo que está previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), nós ficamos estarecidos com a violência contra a criança e contra o adolescente. Muitas crianças e adolescentes entrando no submundo do crime, nós ficamos estarecidos a quantidade de fotos e vídeos que são compartilhados e que são visualizados nas redes sociais e principalmente no WhatsApp e essas veiculações e esses compartilhamentos desses vídeos muitos deles tem trazido à tona a violência nas periferias. A violência contra adolescentes, a violência contra mulheres, nós tivemos contato com dois vídeos de afronta a convivência e aos direitos humanos, nesses dois vídeos adolescentes sendo humilhadas, ultrajadas, adolescentes vítimas de violência e por conta de duas facções que imperam na sociedade e que estão enraizadas na população de São Luís, não vale nem a pena citar, por questões éticas, o nome dessas duas facções. Mas, senhoras e senhores, nós temos que ter essa preocupação, porque tem avançado, tem saído dos rincões e das periferias e tem entrado em outros bairros da capital e nós temos que ter essa preocupação com essa violência e, principalmente a forma que tem sido extermada, a forma que tem sido veiculada, nós pegamos esses vídeos e encaminhamos para a Delegacia da Criança e do Adolescente para DPCA, para o Ministério Público, para as autoridades competentes e constituídas para que possam fazer averiguação, porque é um absurdo e da mesma forma um absurdo foi a eleição unificada, o processo unificado da escolha dos conselheiros tutelares em todo Brasil. Em algumas cidades, essas eleições, deputado Cesar Pires, elas foram anuladas, em algumas cidades elas foram canceladas, e eu não compreendo porque, em São Luís, se luta tanto em moralizar, em fazer da forma correta. Muitas irregularidades foram detectadas, muitas irregularidades foram encontradas, desde a falta de fiscalização por parte da Prefeitura, por parte de agentes de trânsito, da Guarda Municipal, da Blitz Urbana, da Polícia Militar, bem como da falta de atenção para com o processo como o todo. Aí fica a pergunta: por que esse questionamento somente depois do leite derramado? Depois do tumulto? Porque, na verdade, o erro já ocorreu lá atrás, o legislador ao criar o processo de escolha, ele já deveria ter feito toda a dotação orçamentária, toda a previsão da realização e da fiscalização do processo, mas isso não foi feito. E a carga das prefeituras, como o caso da Prefeitura de São Luís, a responsabilidade da execução das escolhas desse processo seletivo, desse processo unificado. Então, fica aqui o nosso convite, pedimos atenção dos deputados Rogério Cafeteira, César Pires, Alexandre, Toca Serra, Deputado Vinícius, Deputado Cabo Campos que estava fazendo a defesa dos conselheiros tutelares, Deputado Othelino que estava fazendo a defesa dos conselhos tutelares, é a oportunidade que nós temos de discutir, se façam presentes nessa audiência pública, para que possa ouvir o clamor da sociedade, das pessoas que foram candidatos, não é conversa de perdedor, eu não tinha nenhum candidato no processo unificado de escolha dos conselheiros tutelares, pelo contrário, já deixei bem claro, qual o meu posicionamento. O posicionamento de um parlamentar. Concluindo, Senhor Presidente. O posicionamento de um parlamentar que foi votar, eu estava participando do processo e acompanhei e verifiquei, in loco, pessoalmente, as irregularidades e trago para o Parlamento essa discussão. Nós temos um tempo aí já de quase 25 dias discutindo essa problemática, esperamos, na quinta-feira, coletar todas as informações, coletar todos os dados, para que possam subsidiar as ações que deverão ser desencadeadas a partir da próxima quinta-feira e inclusive com o posicionamento junto ao Ministério Público, para que o Ministério Público possa dar o seu parecer e nós defendemos a anulação do processo para que seja feita uma nova eleição. Que Deus abençoe a todos!

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO VINÍCIUS LOURO – Expediente Final. Não há oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA PARECER Nº 309/2015

RELATÓRIO:

Cuida-se da análise de constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei Ordinária nº 226/2015, de autoria do Senhor Deputado Josimar de Maranhãozinho, que Obriga a inclusão de **Telefone, Endereço Postal, Sítio Eletrônico e Endereço Eletrônico do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON (MA), da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias da ALEMA e da Promotoria do Consumidor**, em documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Nos termos do texto apresentado, os estabelecimentos terão prazos para se adequarem às normas contidas nesta Lei, competindo ao Poder Público estabelecer as medidas necessárias para o cumprimento dos prazos de adequação.

A inobservância das normas contidas na presente Lei acarreta ao infrator as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078/1990).

É o relatório.

Nos termos previstos na Constituição Federal e na Constituição Estadual, a proposição em análise é constitucional. Contudo, faz-se necessário incluir um artigo, na forma da emenda aditiva que segue abaixo.

É sabido que a Constituição Federal prevê em seu texto que “*o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor*” (art. 5º, XXXII), sendo que “*A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados [...]*” (art. 170, caput), dentre outros, o princípio da “*defesa do consumidor*” (art. 170, V).

Para isso, a própria Constituição Federal consignou em seu art. 24 a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre “produção e consumo” (art. 24, V), e sobre “responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico” (art. 24, VIII).

Observa-se que a essência da proposição em análise é tratar da proteção ao consumidor, competente aos Entes Federativos acima destacados legislar sobre o assunto.

Destaca-se que a proposição não está contida na área de iniciativa privativa do Chefe do Executivo (art. 43, Constituição Estadual de 1989), podendo originar-se de um parlamentar.

Verificando a legislação estadual em vigor, observou-se que há em nosso ordenamento estadual uma lei que trata de assunto do mesmo teor do tratado no projeto de lei em análise.

A **Lei Estadual nº 9.073, de 26 de novembro de 2009**, obrigando a inclusão do número do telefone e endereço do Órgão de Fiscalização do Estado em Defesa do Consumidor – PROCON-MA, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais do Estado do Maranhão.

Nota-se, assim, que a norma existente contempla uma das formas determinadas no projeto de lei em análise.

Assim, propõe-se a emenda aditiva para inserir o art. 5º com a redação de revogação desta norma existente, nos moldes que seguem abaixo:

EMENDA ADITIVA **PROJETO DE LEI Nº 226, DE 2015**

Acrescenta-se ao PL nº 226/2015, o art. 5º, renumerando os demais:

Art. 5º Revoga-se a Lei 9.073 de 26 de novembro de 2009, que obriga a inclusão do número de telefone e endereço do Órgão de Fiscalização do Estado em Defesa do Consumidor – PROCON-MA, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais do Estado do Maranhão.



Suprima-se a expressão “Comissão de Defesa do Direitos Humanos e das Minorias da ALEMA”, constante do Art. 1º.

Quanto à legalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não haveria objeções a aprovar o Projeto de Lei apresentado.

VOTO DO RELATOR:

Sendo assim, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 226/2015, por encontrar-se em conformidade com as regras constitucionais, com emenda acima proposta.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 226/2015, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 27 de outubro de 2015.

Deputado Marco Aurélio- Presidente
Deputado Paulo Neto- Relator
Deputado Eduardo Braide
Deputado Antônio Pereira
Deputado Ricardo Rios

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA PARECERNº 310/2015

RELATÓRIO:

Cuida-se da análise de constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei Ordinária nº 218/2015, de autoria da Senhora Deputada Nina Melo, que Obriga a inserção de Mensagens Educativas sobre o uso das drogas e substâncias entorpecentes, durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizados no âmbito do Estado do Maranhão.

Destaca-se, que já tramitou nesta Casa o Projeto de Lei Ordinária nº 139/2008 (Lei Ordinária nº 8.883, de 30 de outubro de 2008), versando sobre o mesmo tema.

Vale ressaltar, que o projeto de lei sob exame representa praticamente as manifestações fundamentais da Lei acima mencionada, pois prevê, que as empresas realizadoras dos eventos promovem inserção de mensagens educativas sobre o uso das drogas e os malefícios causados pelas substâncias entorpecentes durante shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizados no Estado do Maranhão.

Nesse contexto, não se afigura razoável a superposição de normas sobre a mesma matéria, indo a presente proposição de encontro com o art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Com efeito, consideram-se prejudicadas, a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro, que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma sessão legislativa ou transformado em *diploma legal*, consoante dispõe o art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

VOTO DO RELATOR:

Isto posto, opinamos pela prejudicabilidade do Projeto de Lei nº 218/2015, nos termos do inciso I, do art. 169, do Regimento Interno, considerando para tanto, que já existe Lei no mesmo sentido (Lei Ordinária nº 8.883, de 30 de outubro de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas promotoras de eventos culturais no âmbito do Estado do Maranhão, a divulgarem, em todo o seu material promocional, advertências sobre os malefícios das drogas e bebidas alcólicas).

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votam pela prejudicabilidade do Projeto de Lei nº 218/2015, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 27 de outubro de 2015.

Deputado Marco Aurélio- Presidente
Deputado Antônio Pereira- Relator
Deputado Eduardo Braide
Deputado Ricardo Rios
Deputado Paulo Neto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA PARECERNº 314/2015

RELATÓRIO:

Tramita nesta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 242/2015, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Rios, que Considera de Utilidade Pública o Instituto Construir Presidente Juscelino e Munim - INCOPJUM, com sede e foro no Município de Presidente Juscelino, Estado do Maranhão.

Verifica-se inicialmente, que a tramitação da Proposição de Declaração de Utilidade Pública, no âmbito desta Casa está restrita ao disposto no art. 30, I, alínea “n”, da Resolução Legislativa nº 449, de 24 de junho de 2004 (Regimento Interno).

Com efeito, às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe discutir e votar Projeto de Lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver, para decisão deste, recurso de um décimo dos Membros da Assembleia (Art. 32, §2º, inciso I, da CE/89).

Trata-se de uma entidade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tem por finalidade a promoção da assistência social, cultural, defesa e conservação do Patrimônio Histórico e Artístico, bem como a promoção gratuita da educação e saúde, combate à pobreza.

Examinando a documentação apresentada, podemos constatar que a Entidade em questão preenche os requisitos estabelecidos pelo Diploma Legal.

Por fim, objetivando corrigir impropriedade constante do texto original, sugerimos a sua aprovação na forma de substitutivo anexo.

VOTO DO RELATOR:

A proposição sob exame está de acordo com o que preceitua a legislação específica, assim sendo, votamos favoravelmente pela sua aprovação, na forma de Substitutivo anexo a este Parecer.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 242/2015, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 27 de outubro de 2015.

Deputado Marco Aurélio- Presidente e Relator
Deputado Ricardo Rios
Deputado Eduardo Braide
Deputado Antônio Pereira
Deputado Paulo Neto

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 242 / 2015

Considera de Utilidade Pública o Instituto Construir Presidente Juscelino e Munim - INCOPJUM.

Art.1º- Fica considerado de Utilidade Pública o *Instituto Construir Presidente Juscelino e Munim - INCOPJUM*, com sede e foro no Município de Presidente Juscelino, no Estado do Maranhão.

Art.2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PARECERNº 315/2015

RELATÓRIO:

Tramita nesta Comissão Técnica, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 241/2015, de autoria do Senhor Deputado Antônio Pereira, que Considera de Utilidade Pública o **Grupo Folclórico e Cultural Sapo Para**, com sede e foro no Município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão.

Verifica-se inicialmente, que a tramitação da Proposição de Declaração de Utilidade Pública, no âmbito desta Casa está restrita ao disposto no art. 30, I, alínea “n”, da Resolução Legislativa nº 449, de 24 de junho de 2004 (Regimento Interno).

Com efeito, às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: discutir e votar Projeto de Lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver, para decisão deste, recurso de um décimo dos Membros da Assembleia (Art. 32, §2º, inciso I, da CE/89).

Trata-se de uma entidade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tem por finalidade promover eventos culturais relacionados a atividades camavalescas e eventos afins.

Examinando a documentação apresentada, podemos constatar que a Entidade em questão preenche os requisitos estabelecidos pelo Diploma Legal.

Ademais, o Projeto de Lei em consideração obedece aos ditames da boa técnica legislativa.

VOTO DO RELATOR:

A proposição sob exame está redigida de acordo com o que preceitua a legislação específica, assim sendo, votamos favoravelmente pela sua aprovação, presente os pressupostos de ordem constitucional, legal e regimental.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 241/2015, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 27 de outubro de 2015.

Deputado Marco Aurélio- Presidente
Deputado Ricardo Rios- Relator
Deputado Eduardo Braide
Deputado Antônio Pereira
Deputado Paulo Neto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PARECERNº 316/2015

RELATÓRIO:

Cuida-se da análise de constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei Ordinária nº 238/2015, de autoria do Senhor Deputado Wellington do Curso, que *Dispõe sobre a Criação do Código de Proteção Animal no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências.*

Destaca-se, que já tramitou nesta Casa o Projeto de Lei Ordinária nº 106/2013 (Lei Ordinária nº 10.169, de 05 de dezembro de 2014), versando sobre o mesmo tema.

Vale ressaltar, que o projeto de lei sob exame representa praticamente as manifestações fundamentais da Lei acima mencionada, pois estabelece normas para a proteção dos animais no Estado do Maranhão, visando compatibilizar o desenvolvimento sócio econômico com a preservação ambiental.

Nesse contexto, não se afigura razoável a superposição de normas sobre a mesma matéria, indo a presente proposição de encontro com o art. 7º, IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *“dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.*

Com efeito, consideram-se prejudicadas, a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro, que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma sessão legislativa ou transformado em *diploma legal*, consoante dispõe o art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

VOTO DO RELATOR:

Isto posto, opinamos pela prejudicabilidade do Projeto de Lei nº 238/2015, nos termos do inciso I, do art. 169, do Regimento Interno, considerando para tanto, que já existe Lei no mesmo sentido (Lei Ordinária nº 10.169, de 05 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a proteção a todos os animais no âmbito do Estado do Maranhão).

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votam pela prejudicabilidade do Projeto de Lei nº 238/2015, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 27 de outubro de 2015.

Deputado Marco Aurélio- Presidente
Deputado Antônio Pereira- Relator
Deputado Eduardo Braide
Deputado Ricardo Rios
Deputado Paulo Neto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PARECERNº 319/2015

RELATÓRIO:

Trata-se de Moção nº 011/2015, de autoria do Senhor Deputado Cabo Campos, que propõe que seja encaminhada Mensagem de Pesar aos Familiares do Soldado PM “Douglas Lima”, pelo seu irreparável falecimento.

Com efeito, Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Assembleia sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando, (Art.148, do Regimento Interno da Casa).

Por outro lado, o art. 158, IX, do Regimento Interno, deixa claro que em tais situações a proposição deve ser um “requerimento sujeito à deliberação da Mesa Diretora”, *in verbis*:

“Art. 158 Será escrito, despachado pelo Presidente, ouvida a Mesa e publicado no Diário da Assembleia o Requerimento que solicite:

(...)

IX - manifestação por motivo de luto nacional oficialmente declarado, ou de pesar por falecimento de autoridade ou altas personalidades”

Nestes termos, sugerimos que a matéria seja aprovada, na forma de requerimento, submetido à deliberação da Mesa Diretora, nos termos do dispositivo regimental, acima citado.

VOTO DO RELATOR:

Ante o exposto, opino favoravelmente pela aprovação da presente Proposição, na forma de Requerimento sujeito à deliberação da Mesa Diretora.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votam pela aprovação da Proposição (Moção nº 011/2015), de autoria do Senhor Deputado Cabo Campos, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIN”, em 27 de outubro de 2015.

Deputado Marco Aurélio- Presidente
Deputado Ricardo Rios- Relator
Deputado Eduardo Braide
Deputado Antônio Pereira
Deputado Paulo Neto



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PARECER Nº 320/2015

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2015, apresentado pelo Senhor Deputado Roberto Costa, que visa conceder a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman” ao Senhor Eliseu Lemos Padilha.

Nos termos da presente proposição fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo “Manuel Beckman” da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão ao Senhor Eliseu Lemos Padilha.

A comenda é regulamentada no art. 139, alínea “a”, do Regimento Interno, com nova redação dada pela Resolução Legislativa nº 599/2010, em que determina que *serão agraciadas com a Medalha do Mérito Legislativo, aos cidadãos que contribuíram para o desenvolvimento do Estado do Maranhão ou do Brasil, pelos seus méritos especiais ou ainda aos que proporcionarem algum feito considerado notório e forem considerados merecedores do recebimento da Comenda.*

Na justificativa esclarece o autor que o homenageado em todos os cargos que exerceu, sempre mostrou capacidade para teorizar, criar e executar. Padilha é reconhecido pela dedicação ao bem-estar do cidadão e pelas grandes obras realizadas.

Eleito três vezes deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1995-1999, 2003-2007, 2007-2011), tendo ficado na primeira suplência no ano de 2012, tendo assumido o mandato logo em seguida pela licença do companheiro Mendes Ribeiro. Ocupou por várias vezes a cadeira de vice-líder do PMDB e foi presidente de Comissões importantes na Câmara dos Deputados.

Com dedicação exclusiva ao PMDB e ao Brasil, Eliseu Padilha foi escolhido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para ser o Ministro dos Transportes e comandar esse estratégico setor das rodovias, ferrovias, portos e hidrovias do Brasil entre 1997 e 2001.

Enfrentou desafios, defendeu ideias e projetou caminhos para o Brasil. Durante sua gestão na pasta dos Transportes, construiu, duplicou e restaurou importantes rodovias, como a BR-101, que liga as regiões norte e sul do país, passando por todo o litoral brasileiro.

Modernizou e ampliou os portos para receber grandes navios, incentivou as hidrovias, construiu ferrovias e implantou metrô para aumentar a mobilidade urbana nas maiores capitais.

Homem de sonhos e realidades, em 2007, foi escolhido presidente da Fundação Ulysses Guimarães pelo Conselho Curador da entidade.

Neste mesmo ano, implantou o curso de Formação Política para a militância e simpatizantes do PMDB que já possui mais de 200 mil alunos já fizeram ou estão fazendo cursos do EAD em todo o país.

À frente da Fundação Ulysses Guimarães, Eliseu Padilha destinou ao Estado do Maranhão inúmeros cursos de ensino a distância, provendo a formação cultural, política e humana de mais de 10 mil jovens maranhenses.

Para entender um homem basta conhecer a sua história. Por todo o exposto é justa a homenagem, que tem toda a sua trajetória de vida profissional dedicada à Nação Brasileira, contribuindo de forma brilhante para a administração pública e a promoção do bem comum.

Tem-se, pois, por preenchidos os requisitos exigidos para a concessão da homenagem, notadamente os estabelecidos nos dispositivos legais acima citados.

VOTO DO RELATOR:

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade e, por conseguinte, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2015, de autoria do Senhor Deputado Roberto Costa.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votam pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2015, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIM”, em 27 de outubro de 2015.

Deputado Marco Aurélio- Presidente

Deputado Eduardo Braide- Relator
Deputado Ricardo Rios
Deputado Antônio Pereira
Deputado Paulo Neto

RESENHA

RESENHA DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 27 DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2015, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, PROCEDIDA PELO SENHOR DEPUTADO PROF. MARCO AURELIO, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, NOS TERMOS DOS INCISOS VI E XXI, DO ART. 40, DO REGIMENTO INTERNO.

PROPOSIÇÕES DISTRIBUÍDAS:

PROJETO DE LEI Nº 243 /2015 – Dispõe sobre a instituição da Semana Estadual da “Vigilância Sanitária”, a ser comemorado anualmente nos dias 1º a 5 de agosto dá outras providências.

AUTORIA: Deputada VALÉRIA MACÊDO

RELATOR: Deputado RICARDO RIOS

PROJETO DE LEI Nº 244/2015 – Considera de Utilidade Pública Estadual ao Departamento Autônomo de Desporto do Bairro do Santo Antônio e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado SERGIO FROTA

RELATOR: Deputado EDUARDO BRAIDE

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 140/2015 – (MENS. GOV. Nº 126) - Que denomina o Hospital Regional de Chapadinha, Maranhão, de Hospital Regional Padre Manuel dos Santos Neves.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado PAULO NETO

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 058/2015 – (MENS. GOV. Nº 127) – Que Institui o Programa Bombeiro Mirim das Diversas Unidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado ROGÉRIO CAFETEIRA

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 220/2015 – (MENS. GOV. Nº 125) – Que Denomina o Hospital Macrorregional de Imperatriz, Maranhão, de Hospital Ribamar Cunha.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado PAULO NETO

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 27 de OUTUBRO de 2015. Máneton Antunes de Macêdo - Diretor Adjunto Legislativo

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1091/2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica transferido o feriado do dia 28 de outubro em comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público, para o dia 30 de outubro do ano em curso.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

PALÁCIO MANUEL BECKMAN, em São Luís, 27 de outubro de 2015. Deputado HUMBERTO COUTINHO – Presidente. Deputado EDILÁZIO JÚNIOR – Primeiro Secretário. Deputado CARLINHOS FLORENCIO – Segundo Secretário.



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DEPUTADA ANDREA MURAD**

Ofício n.º 040/2015-GDAM

São Luís, 22 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado HUMBERTO COUTINHO
Presidente da Assembleia Legislativa – ALEMA

Senhor Presidente,

Nos termos do que dispõe o artigo 62 do Regimento Interno deste Poder, comunico a Vossa Excelência que empreenderei viagem ao exterior no período de 28 de outubro a 03 de novembro do ano em curso.

Atenciosamente,

ANDREA MURAD
Deputada Estadual

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015-CPL/AL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1871/2015-AL. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL torna público que a Sessão Pública de Recebimento e Registro Formal de Preços para eventual e futura aquisição de toner para impressora HP modelo LaserJet Pro 400, tipo cartdrige (CF2980X) similar ou de melhor qualidade, destinados para Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, anteriormente adiado, será realizado às **09:30 horas do dia 12 de novembro de 2015**, na Sala de Licitações da CPL, localizada no térreo do prédio da sede da Assembleia, sito no Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio Rangedor, Calhau, nesta Capital. O **Novo Edital** e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados e obtidas cópias gratuitamente. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente. O Aviso de Licitação assim como cópia do Edital estarão disponíveis também para consulta, no site da ALEMA www.al.ma.leg.br, na opção "Licitações". São Luís, 26 de outubro de 2015. CATARINA DELMIRA BOUCINHAS LEAL. Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2015-CPL/AL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3735/2015-AL. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, sob a forma Presencial, de nº 052/2015-CPL/ALEMA, cujo objeto trata do Registro de Preços de material de consumo na espécie equipamentos para Sistema de Climatização visando futuras e eventuais aquisições pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. O recebimento e abertura dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentação de Habilitação será em Sessão Pública a ser realizada às **09:30 horas do dia 13 de novembro de 2015**, na Sala de Licitações da CPL, localizada no térreo do prédio da sede da Assembleia, sito no Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio Rangedor, Calhau, nesta Capital. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados e obtidas cópias gratuitamente. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente. O Aviso de Licitação assim como cópia do Edital estarão disponíveis também para consulta, no site da ALEMA www.al.ma.leg.br, na opção "Licitações". São Luís, 26 de outubro de 2015. CATARINA DELMIRA BOUCINHAS LEAL. Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015-CPL/AL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4269/2015-AL. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio

de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, sob a forma Presencial, de nº 053/2015-CPL/ALEMA, cujo objeto trata do Registro de Preços para futura e eventual aquisições de produtos de informática para a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. O recebimento e abertura dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentação de Habilitação será em Sessão Pública a ser realizada às **09:30 horas do dia 16 de novembro de 2015**, na Sala de Licitações da CPL, localizada no térreo do prédio da sede da Assembleia, sito no Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio Rangedor, Calhau, nesta Capital. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados e obtidas cópias gratuitamente. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente. O Aviso de Licitação assim como cópia do Edital estarão disponíveis também para consulta, no site da ALEMA www.al.ma.leg.br, na opção "Licitações". São Luís, 26 de outubro de 2015. CATARINA DELMIRA BOUCINHAS LEAL. Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015-CPL/AL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2574/2015-AL. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, sob a forma Presencial, de nº 054/2015-CPL/ALEMA, cujo objeto trata do Registro Formal de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de consumo do tipo gás de cozinha liquefeito de petróleo (GLP) acondicionado em botijões com capacidade de 13kg, para a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. O recebimento e abertura dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentação de Habilitação será em Sessão Pública a ser realizada às **09:30 horas do dia 17 de novembro de 2015**, na Sala de Licitações da CPL, localizada no térreo do prédio da sede da Assembleia, sito no Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio Rangedor, Calhau, nesta Capital. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados e obtidas cópias gratuitamente. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente. O Aviso de Licitação assim como cópia do Edital estarão disponíveis também para consulta, no site da ALEMA www.al.ma.leg.br, na opção "Licitações". São Luís, 26 de outubro de 2015. CATARINA DELMIRA BOUCINHAS LEAL. Presidente da CPL.



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau
Fone (98) 32693701 CEP: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

HUMBERTO COUTINHO
Presidente

BRÁULIO MARTINS
Diretoria Geral da Mesa

CARLOS ALBERTO FERREIRA
Diretoria de Comunicação

RAIMUNDO JOÃO RIBEIRO
Núcleo de Suporte de Plenário

CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK
Núcleo de Diário Legislativo

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembleia, observe atentamente as instruções abaixo:

- Edição dos textos enviados à Secretária Geral da Mesa via rede interna, SAPL;
- Matéria externa deverá ser enviada por e-mail, CD ou Pen Drive;
- Medida da página em formato A4;
- Editor de texto padrão: Word for Windows - versão 6.0 ou superior;
- Tipo de fonte: Times New Roman;
- Tamanho da letra: 12;
- Entrelinhas automático;
- Excluir linhas em branco;
- Tabela/Quadros sem linhas de grade ou molduras;
- Gravar no CD ou Pen Drive, sem compactar, sem vírus de computador;
- O CD ou Pen Drive só deverá ser gerado após o ato estar devidamente assinado;
- Utilize tantos CDs quanto seu texto exigir;
- As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas e não publicadas.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.